

FORTALEZA

EMLY DE ANDRADE COSTA

I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Fortaleza é a capital do Estado do Ceará, no nordeste brasileiro. A região metropolitana, com mais de 3,6 milhões de habitantes, engloba 15 municípios. Suas principais atividades econômicas são comércio, turismo e indústria, especialmente os setores alimentícios, mineração e de calçados e têxtil. Apesar de possuir o segundo maior PIB da região Nordeste, é uma cidade de grande desigualdade, com 40% da sua população vivendo em situação de pobreza com renda per capita de meio salário mínimo¹. Em 2007, de acordo com pesquisa do Sistema Nacional de Emprego (SINE), mais da metade da população trabalhava sem carteira assinada.

O centro da cidade sempre foi o local dos mais importantes eventos e encontros da elite fortalezense. Além disso, tinha edifícios públicos, a câmara de vereadores e a assembleia legislativa. A partir de 1980, muitos órgãos tiveram suas sedes transferidas para outras localidades, contribuindo para que Fortaleza começasse a perder sua visibilidade histórica (Arineida, 2009) e de certa forma, sua importância urbanística.

Com a vinda de investimentos no setor comercial, especificamente dos *shoppings centers* localizados em outras áreas da cidade, muitos moradores começaram a frequentar o centro apenas em busca de serviços prestados por bancos e cartórios. Ainda assim, a região continuou exercendo um papel importante de venda para o comércio varejista e aglutinador de pessoas e mercadorias.

O comércio informal no centro tornou-se referência e foi se estabelecendo cada vez mais como saída para os trabalhadores urbanos que precisam de uma atividade para sobreviver. A atividade também aparece com destaque em outras áreas da cidade, como a Avenida Beira-Mar e pontos dos bairros Montese e Messejana.

Ainda no centro, existe a feira da praça da estação que abriga ao redor de 1.200 ambulantes cadastrados que lá foram alocados vindos de outra praça, a praça em frente ao teatro José Alencar. Os

2.452.185
HABITANTES

31.789.186
PIB (R\$)

8,9%
DESEMPREGO

52.000
VENDEDORES
INFORMAIS

R\$ 564,00
RENDIMENTO
MÉDIO (R\$)

43,17%
ÍNDICE DE
POBREZA

ambulantes encontram-se atualmente em condições muito precárias e desvantajosas de trabalho. A área perdeu muito movimento, já que as linhas de ônibus que lá circulavam foram transferidas para outras ruas deixando os vendedores mais isolados. A infraestrutura é muito precária e as condições pioram consideravelmente quando chove.

Outro aspecto importante é que Fortaleza sempre manteve a tradição das feiras nos bairros, que anteriormente aconteciam uma vez por semana nas praças – e atualmente, legalizadas, são realizadas diariamente.

A cidade de Fortaleza está dividida em sete sub-prefeituras, chamadas de Secretarias Executivas Regionais (SER). A regional do centro que trata dos ambulantes nessa área é também conhecida como SERCEFOP.

As leis que regulamentam o comércio ambulante datam de 1981 e 1994. O decreto 9.300 de 17 de janeiro de 1994² rege o comércio ambulante da cidade e define como sendo vendedores ambulantes ‘aqueles que comercializam cigarros e bombons, confecções em geral, miudezas, bijuterias, discos e fitas video-cassetes usadas, fichas telefônicas, carnê de sorteio’, etc. A atividade é regulamentada por portarias emitidas por cada secretaria interessada no tema. O decreto define dois tipos de áreas: a de pequena e grande concentração de pessoas, e prevê a renovação semestral de licença dos ambulantes.

Muitas das atividades comerciais enquadradas nesses regulamentos já não mais acompanham as mudanças no mercado de consumo atual. Isso significa que os comerciantes informais têm dificuldades em continuar suas atividades, tendo em vista que suas mercadorias não se ajustam à legislação vigente. Por exemplo, o decreto 9.300/94 define como produtos do comércio ambulantes as fitas-cassetes e as fichas telefônicas, mercadorias que já não existem no mercado. Nesse sentido, torna-se necessária a criação de uma nova legislação que permita o trabalho dos vendedores autônomos seja legal.

Atendendo a uma demanda da prefeitura, foi enviado à Câmara de Vereadores de Fortaleza um pedido de atualização da lei que rege do comércio ambulante. Além disso, está sendo formado um grupo de trabalho para elaboração de propostas. O grupo tem o apoio da Câmara os Vereadores, que em outubro de 2011 voltou a discutir sobre a legislação municipal dos ambulantes.

A pressão pela ocupação e retomada de certas áreas pela prefeitura tem se intensificado, principalmente no centro da cidade. Recentemente, fiscais da prefeitura entregaram credenciais provisórias de uso da via para ambulantes da Rua Liberato Barroso. Os fiscais da regional do centro estão voltando a marcar presença nas ruas General Sampaio e

A CIDADE DE FORTALEZA ESTÁ DIVIDIDA EM SETE SUB-PREFEITURAS, CHAMADAS DE SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS

Guilherme Rocha, assim como estão revogando licenças para os ambulantes da Praça da Estação, também área central, e desocupação da Praça José de Alencar, praça de referência histórica para a cidade. Na Praça da Lagoinha, 1.300 ambulantes serão realocados.

Por outro lado, a cidade está mudando por causa das obras para a realização da Copa do Mundo espalhadas em diferentes áreas. Além das obras para mobilidade urbana, do estádio, há um planejamento para requalificar algumas áreas como o centro, a Av. Beira Mar e a Praia de Iracema. Todas essas obras irão impactar não somente moradores e comerciantes dessas áreas como trabalhadores das ruas que desenvolvem sua atividade nesses espaços públicos.

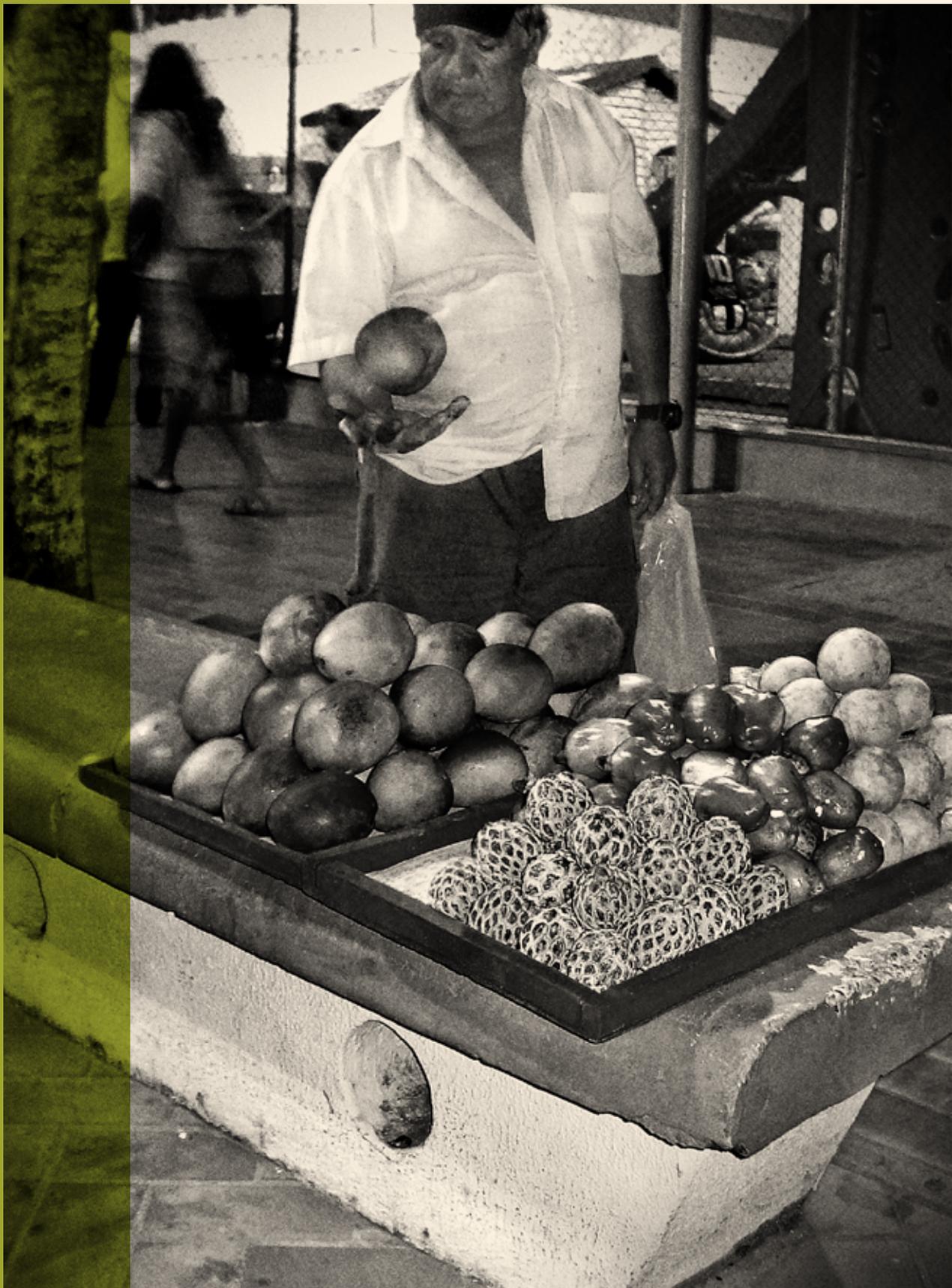
Para apoiar as ações da prefeitura relacionadas ao comércio informal foi criada uma estrutura de fiscalização e controle, a chamada Guarda municipal, conhecida como o “rapa” com poder de apreender a mercadoria e prender o trabalhador (Arineida, 2009). Especialmente no centro da cidade, esse conflito tornou-se bastante noticiado e conhecido pelos fortalezenses. No início dos anos 90 houve uma melhoria na relação e trato com os ambulantes, mas o uso da força e da violência sempre foi utilizado pela Prefeitura de Fortaleza, especialmente na década de 80 (Dantas, 2005). Porém, desde o início da atual gestão municipal, os desentendimentos entre a prefeitura e os ambulantes voltaram à cena, especialmente nos dois últimos anos, novamente com o uso de aparato policial para remover ambulantes do antigo Beco da Poeira e da Praça da Sé, áreas do centro da cidade.

OS CONFLITOS ENTRE A PREFEITURA E OS AMBULANTES VOLTARAM À CENA, ESPECIALMENTE NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS

O CASO DO BECO DA POEIRA

O antigo Beco da Poeira foi inaugurado em 1989, após a prefeitura municipal ceder um terreno para a Associação do Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes e Trabalhadores Autônomos do Estado do Ceará (Aprovace). Os ambulantes construíram com seus próprios recursos, 869 boxes, ampliando em 1992, para 1011 boxes e 20 lanchonetes (Silva et al, 2010).

Em 2001, a prefeitura propôs transferir o Beco da Poeira para um local próximo, localizado entre o quadrilátero da Avenida Tristão Gonçalves, Rua São Paulo, Rua Guilherme Rocha e Rua 24 de Maio. Para propiciar esse novo espaço aos vendedores autônomos a prefeitura teria que desapropriar trinta imóveis, mas apenas dezoito foram desapropriados e por isso o processo de construção do novo espaço “Centrão” foi interrompido, e restou o que atualmente é conhecido como “Esqueleto”.



Em fevereiro de 2010, a prefeitura comunicou a Aprovace sobre a transferência dos ambulantes para o Novo Beco da Poeira - a Central de Pequenos Negócios (CPN) que seria realizada nos meses seguintes. Sob protestos, os comerciantes começaram a ser transferidos em abril do mesmo ano. Esse fato causou grande revolta e divisão entre os permissionários que até o momento não se conformaram com as mudanças, alegando que a Prefeitura não cumpriu com o combinado e não os reembolsou pelas perdas, já que o primeiro Beco da Poeira havia sido construído com recursos dos vendedores.

Mesmo correndo o risco de remoção, parte dos permissionários ocupou o “Esqueleto” sob forma de protesto e para garantir seus direitos de posse. Outra parte aceitou o “Novo Beco da Poeira” (a Central de Pequenos Negócios), por medo de ficar sem local para trabalhar. Destes, muitos abandonaram o local ou encontram-se insatisfeitos por terem perdido clientes.

O CASO DA FEIRA DA SÉ

A Feira da Sé teve início em um pequeno aglomerado de artesãs cearenses que comercializavam sua produção próxima ao mercado central e em frente à catedral de Fortaleza. Era realizada de modo bastante improvisado, com mercadorias no chão ou em cima de caixas ou em porta-malas de carros, com a participação de fabricantes e intermediários de produtos de artesanato e confecção.

Há quatro anos a prefeitura começou a exigir a saída dos vendedores do local, e a Prefeitura de Maracanaú, cidade vizinha, disponibilizou um projeto para receber os ambulantes da Praça Pedro II. Com o projeto terminado, em maio de 2009, deu-se o início do processo de desocupação, aceito apenas por parte dos ambulantes. Os demais propuseram à prefeitura a ocupação de galpões na Rua José Avelino. A proposta foi aceita, e cada feirante pode se instalar no novo local pela quantia de vinte reais semanais.

O comércio ambulante, no entanto, voltou à região, agora com divisão entre os camelôs e os permissionários. A feira é realizada durante a madrugada com em média oito mil vendedores, e recebe 50 ônibus com compradores de diversas partes do país. Os horários de maior movimento são a partir da noite de sábado até por volta das 15h30 da segunda-feira, com revezamento de ambulantes durante este período no local.

2. RELAÇÃO COMO PODER PÚBLICO

As organizações de vendedores ambulantes têm passado por momentos de intensa luta pela garantia de espaços para realização das suas atividades e descrença dos ambulantes na sua representatividade após constantes perdas frente ao poder público. Há uma luta constante pelo direito ao trabalho que muitas vezes compromete o processo de luta política da categoria, enfraquecendo a mobilização e favorecendo a divisão entre eles.

Quando os vendedores ambulantes estão com dificuldades eles contam com alguns aliados, especialmente com vereadores. No primeiro mandato da atual gestão houve uma aproximação dos ambulantes com deputados estaduais e vereadores para intermediar o debate com a prefeitura sobre a venda ambulante do centro. Porém, mesmo com a pressão dos ambulantes, não houve mobilização dos representantes políticos aliados para discutir as demandas da categoria e possível facilitação de um debate com o governo municipal.

Atualmente a relação com a prefeitura é de falta de articulação e de diálogo. Os vendedores contam basicamente com o apoio de um vereador que está retomando a questão no legislativo municipal. Segundo os ambulantes na gestão anterior eles eram parceiros da prefeitura e tinham um maior reconhecimento respeito do poder público. Eles usavam batas, crachás e todas as bancas tinham sua identificação.

3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

A principal organização representativa dos vendedores ambulantes do Ceará é a Aprovace – A Associação do Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes e trabalhadores autônomos do Estado do Ceará. Foi criada em 1983 com apoio da prefeitura de Fortaleza para organizar e representar os interesses dos vendedores ambulantes, especialmente do centro da cidade. Desde a sua criação, a Aprovace estabeleceu uma parceria com a prefeitura usufruindo de um diálogo aberto. A prefeitura condicionava os ambulantes “à afiliação como exigência para a alocação em espaços permitidos para a comercialização de mercadorias” (Arineida, 2009). De acordo com o Guilherme Caminha, vice-diretor da Aprovace, “buscavam estabelecer uma agenda propositiva com o poder público visando reordenar o centro da cidade a partir da visão do comércio informal”.

A associação se concentra prioritariamente no centro da cidade, apesar se propor a representar todo o estado. Atualmente tem 13.000 associados, e a estimativa é que 60% sejam mulheres e 40%, homens. A entidade representa os ambulantes do centro, abrangendo uma área que vai da Praça da Estação até a Domingos Olímpio, assim como os permissionários do chamado “Esqueleto”.

A atual gestão está no seu oitavo mandato e de acordo com sua a diretoria, tem tido a sua imagem prejudicada frente aos outros ambulantes pela prefeitura, que segundo eles, realiza campanha de difamação e descrédito do trabalho da associação, com acusações sobre o mal uso de recursos repassados, além de não apoiar a afiliação obrigatória. O relacionamento da Aprovace com a SERCEFOP é tenso e seus representante ainda não conseguiram nenhum espaço de articulação ou consulta com a atual gestão.

A instituição ainda busca uma abertura da prefeitura para reivindicar seus direitos e alega que não foram chamados pelo poder público municipal para tentar estabelecer uma agenda sobre suas atividades no centro. Os representantes da Aprovace afirmam que

o limitado tempo dos ambulantes, a incerteza de permanência na atividade e a falta de união têm afetado a organização da categoria.

Nessa mesma linha, os ambulantes não têm se vinculado ou se articulado com as centrais sindicais ou outros movimentos de luta por melhores condições trabalhistas. Além da Aprovace, há também algumas outras associações e lideranças que representam os interesses de diferentes grupos que trabalham no comércio ambulante na cidade. Na Feira da Sé não foi possível encontrar associações de ambulantes da rua, mas como eles ainda são parte do centro da cidade, se articulam com a Aprovace quando acham necessário.

Já a Associação dos Feirantes Autônomos do Galpão do Pequeno Empreendedor existe há nove anos e administra o Galpão³, que conta com 700 espaços e abriga cerca de 1.400 pessoas. É o pioneiro nessa modalidade, sendo de 99% para fabricantes de confecção. O presidente da associação conta que em 2009 houve uma boa aproximação com a prefeitura, mas que agora eles estão esquecidos pelo poder público.

O lançamento dessa primeira iniciativa de organizar os camelôs em um grande galpão desencadeou o surgimento de mais de quinze galpões na José Avelino, local atualmente conhecido como Pólo da José Avelino. Juntamente com os galpões, veio a ocupação da rua por camelôs e ambulantes. A associação estima que o Pólo da José Avelino gere cerca de 50.000 empregos diretos e indiretos, incluindo desde os fornecedores de material, costureiras, bordadeiras, transporte da mercadoria, vendedores das lojas, alimentação, táxis e empresas envolvidas com o turismo regional.

Os vendedores nos galpões alegam concorrência desleal em relação aos camelôs por causa das oportunidades de vendas. Por outro lado, camelôs acusam os permissionários dos galpões de articularem com a prefeitura a favor da expulsão dos camelôs. Essas trocas de acusações fazem com que o clima entre camelôs e permissionários seja hostil.

No entanto, ambulantes e permissionários reivindicam maior segurança nas ruas. O comércio ambulante atrai um grande fluxo de pessoas compradoras, mas traz também muita insegurança. No caso de alguns locais, como no Pólo José Avelino, os donos de lojas nos galpões contratam segurança, mas estes são insuficientes pelo grande movimento da feira.

Outra organização entrevistada foi a Associação dos Feirantes da Avenida Beira Mar (ASFABEM), fundada em 1982 para zelar pelos interesses dos feirantes da Avenida Beira Mar. A Avenida Beira Mar está localizada na orla marítima urbana em frente aos hotéis turísticos da cidade e é referência na cidade para a compra de artesanato e produtos do Estado.

A PRINCIPAL ORGANIZAÇÃO REPRESENTATIVA DOS VENDEDORES AMBULANTES DO CEARÁ É A APROVACE

As barracas da feira são cadastradas e os feirantes têm licença para vender, sendo sua licença renovada com aditivos a cada ano pela prefeitura. Em 1998, a feira foi tombada pelo patrimônio histórico do município.

A associação tem estatuto e cumpre com as exigências legais necessárias incluindo quadro de sócios. Possui 636 membros, todos os permissionários cadastrados pela prefeitura que atuam no espaço, dentre os quais, estima-se que 60% sejam mulheres.

O fato de a feirinha ter sido tombada garantiu a sua permanência no local, já que a orla será totalmente remodelada e sofrerá muitas modificações. Atualmente os feirantes colocam suas barracas no final da tarde e as desmontam no final da noite. Eles alugam espaços para guardar suas mercadorias em três estacionamentos particulares próximos a avenida. Os preços dos aluguéis podem variar entre R\$ 200 a R\$ 500 de acordo com o tamanho do local alugado. Juntando todas as despesas os permissionários podem chegar a gastar quase dois salários mínimos para cobrir custos de transporte de mercadorias ao local e taxas municipais⁴.

De acordo com a proposta atual da prefeitura para requalificação da área, a feirinha será fixa e as mercadorias ficarão em contêineres subterrâneos, onde terá também um estacionamento. O plano para a nova feirinha foi discutido e acordado entre os feirantes. Não serão concedidas novas licenças a novos feirantes na área. As obras estariam previstas para começar em fevereiro e a expectativa é de que os feirantes possam começar a trabalhar com os novos boxes a partir de setembro.

As principais reivindicações desses feirantes são com relação à iluminação do local e limitação da rede elétrica, que é muito antiga, não permitindo que eles usem de outros meios para a venda das suas mercadorias. Também necessitam de um local para guardar suas mercadorias, pois alegam que custo do estacionamento é muito alto. Porém, esperam que com a nova estrutura essa realidade mude. Acreditam que com o advento da Copa do Mundo, eles precisarão alavancar as possibilidades de venda, necessitando de microcrédito para diversificar e oferecer mais produtos aos visitantes.

Na orla, além da feirinha, há diversos outros tipos de vendedores ambulantes, pois é uma área de grande fluxo de pessoas. Há também os vendedores cadastrados (pipoqueiros, vendedores de cigarros, algodão doces, tapioca) de pontos fixos que atuam por todo o calçadão e os ambulantes que oferecem aos transeuntes suas mercadorias levadas à mão. Segundo uma liderança dos ambulantes, a maior reivindicação é de poder transitar livremente pela avenida, já que eles não estão fazendo nada contra a lei. A mesma fonte estima que sejam cerca de setenta vendedores, mas que em alta estação esse número pode triplicar.

Para os ambulantes, o desenvolvimento da atividade informal é vital para a cidade e de essencial importância para a manutenção da sobrevivência das suas famílias. Suas principais reivindicações são:

- Estabelecimento de espaços para abrigar os trabalhadores informais, considerando lugares estratégicos como o centro da cidade e a orla. Os

ambulantes aceitam serem removidos para outras áreas desde que todos estejam juntos, e não havendo oportunidades consideradas mais vantajosas aplicadas somente a alguns deles. Da mesma forma que a definição desses espaços e as garantias coletivas sejam acordadas entre governo e a categoria. Caso as soluções não sejam sustentáveis, não é possível garantir a permanência nos locais estabelecidos nem a união entre eles.

- Reconhecimento das autoridades e da sociedade do trabalho dos ambulantes, pois o uso do espaço público para comercialização de mercadorias é uma saída para permitir o sustento familiar. Esses trabalhadores são vítimas de um processo de exclusão expressado especialmente pela ausência de direitos e de garantias individuais e coletivas (proteção social, direitos trabalhistas, dentre outros). Eles não querem ser tratados como categoria inferior de trabalhadores, sofrendo do estigma que sempre os vincula à marginalidade.
- Renovação das credenciais e direito de uso do espaço com o termo de permissão da venda ambulante. Além disso, reivindicam a padronização das bancas incluindo: bata e crachá para os vendedores contendo número de identificação das barracas. A legalização das credenciais tira os ambulantes da marginalidade e estabelece outra relação com o poder público e sociedade.
- Formação de espaços de articulação e formação de consenso entre o poder público e os ambulantes. Há um sentimento de revolta por não serem escutados pelo governo municipal. Eles sabem que são uma parcela importante da economia da cidade e deveriam ser escutados sobre as suas demandas e reivindicações.
- Acesso à informação clara e atualizada especialmente com relação ao ordenamento de certas áreas por ocasião da realização da Copa do Mundo na cidade.

4. ALIADOS

Os vendedores ambulantes entrevistados durante a pesquisa não tinham nenhuma articulação com movimento sindical, nem movimentos sociais ou organizações da sociedade civil. O apoio que eles têm é pontual vindo de algum vereador ou outro representante político eleito, somente quando necessitam resolver alguma questão de caráter emergencial.

Até o momento de finalização do levantamento de informação, nenhuma organização

de vendedores ambulantes participa das reuniões do comitê popular em Fortaleza. No entanto, o comitê mostrou-se interessado em debater mais o tema e ver como incluir na agenda de luta.

Por outro lado, o observatório das metrópoles, liderado pelo departamento de geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), tem um grupo de trabalho que estuda o comércio informal de Fortaleza. Eles podem ser um aliado importante na elaboração de material de conteúdo e de articulação que permita conhecer melhor o perfil dos vendedores ambulantes em algumas áreas da cidade.

5. IMPACTOS DA COPA

Estima-se que em torno de 3500 famílias sejam removidas pela obras de mobilidade urbana e pelo menos dez comunidades estão sob ameaça de remoção. A pesquisa constatou que os ambulantes ainda não sentem os impactos das obras de infraestrutura da Copa nas suas atividades. Seguramente, os ambulantes que vendiam nas proximidades do estádio Castelão tiveram que mudar de local, seja indo para o Estádio Presidente Vargas ou outro local. O Castelão está sendo reformado e parece ser um dos poucos estádios brasileiros que será entregue antes do prazo final estabelecidos pela Fifa.

A maior preocupação dos vendedores ambulantes é em saber sobre as implicações que a Copa do Mundo trará com relação ao uso dos espaços públicos da cidade, especialmente nas praças e nos lugares turísticos e como o governo municipal e estadual pensam em resolver a questão.

Os ambulantes se dizem preocupados pela a ameaça de desemprego que poderá ser causada pela por ações de “limpeza das ruas”. Além disso, se perguntam como será a fiscalização para artigos falsificados. Em alguns dos locais visitados fora do centro da cidade, há uma preocupação com a falta de lideranças que possam ser interlocutores com o poder público para reverter alguns acordos para a Copa do Mundo.

Há uma grande falta de informação sobre a Lei Geral da Copa e os acordos entre o governo Brasileiro e a FIFA. Isso dificulta a compreensão da realidade e paralisa a luta desses trabalhadores para ações futuras, pois acabam priorizando as questões de caráter cotidiano mais urgentes.

Também se dizem preocupados com as questões de segurança de seus clientes e visitantes, pois o policiamento não tem sido suficiente para coibir problemas nos seus locais de vendas. Acreditam que com maior segurança, mais clientes chegam para comprar suas mercadorias.

Em Fortaleza, o comitê popular da Copa conta com a participação de diversas ONGs, associações de moradores e representantes de conselhos populares, organizações de direitos humanos e universidades. O tema da economia informal não tem sido o foco da agenda, já

que a grande preocupação é com a garantia do direito às moradias por causa das remoções das casas e comunidades, em decorrência das obras de mobilidade.

6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Esse relatório de pesquisa de campo constitui-se em uma primeira tentativa de conhecer as organizações e lideranças do comércio ambulante de Fortaleza. Devido às limitações de tempo e orçamento priorizaram-se as visitas nas áreas de maior atuação da categoria e risco de conflito na cidade.

Seria importante acompanhar o andamento das mudanças especialmente nas áreas do centro da cidade e na orla marítima urbana. Da mesma forma seria importante favorecer a articulação dos vendedores ambulantes com as diferentes instâncias de mobilização da sociedade civil já existentes.

Outro aspecto importante é da necessidade de se buscar formas para capacitação e fortalecimento das lideranças e organizações de vendedores ambulantes da cidade.

A informalidade é uma realidade na metrópole e precisa ser tratada de forma que se inclua nas políticas públicas essa massa de trabalhadores desprotegidos de direitos e que necessitam desenvolver uma atividade econômica para sobreviver.

NOTAS

1. Laboratório de Estudos da Pobreza, UFC, 2009 declarado ao Diário do Nordeste, 12 de abril de 2009.
2. Lei N° 9.300 de 17 de janeiro de 1994, no Título III do Preço Público. Art.16: “O preço público a ser pago pelos permissionários, em cumprimento das disposições contidas neste título, será calculado levando em conta o tipo de equipamento a ser utilizado e sua localização.” No Título IV: “Dos equipamentos de trabalho serão padronizados pelo DCA com especificações adequadas aos tipos de comércio ou serviços conforme discriminação a seguir: Bancas de jornal e revistas - bancas estacionárias - tabuleiros estacionários - boxe de pré-moldados ou concretos - cabina de fibra - caixote - carrinho - carro - reboque - carrocinha-tabuleiro.”
3. O Galpão veio como proposta dos próprios ambulantes que não queriam ser removidos para Maracanaú quando a prefeitura propôs a desocupação das ruas próximas à catedral da Sé. Eles propuseram à iniciativa privada alugar o espaço para a construção de boxes para os ambulantes que estavam na rua. A prefeitura aceitou que os ambulantes se mudassem para o Galpão e fizeram um acordo de não exigirem as credenciais ou legalização de todos de imediato.
4. Os feirantes pagam o DAM, o documento de arrecadação municipal, é um guia de recolhimento de impostos e taxas municipais.

REFERÊNCIAS

SILVA, Erciane Soares; SANTOS, Marlon; SILVA, J. Borzacchiello da. **Comércio Informal no Centro de Fortaleza: Beco da Poeira e Feira da Sé**, Documento apresentado para o XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

www.pmf.gov.br. **Site Prefeitura de Fortaleza**

MANAUS

EMLY DE ANDRADE COSTA

I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Manaus é um município da região Norte do Brasil, capital do Estado do Amazonas. É uma cidade histórica e portuária, sendo a segunda metrópole da região Norte. O período entre 1890 e 1910 foi um marco para o crescimento da cidade, pois foi o período áureo da borracha, momento de muita riqueza e importância da cidade no contexto internacional. Atualmente seu principal motor econômico é o Pólo Industrial de Manaus que ganhou importância a partir da Zona Franca de Manaus, criada em 1967.

Sua economia baseia-se no setor industrial (eletroeletrônica, farmacêutica, mineração, dentre outras), agricultura, beneficiamento da madeira, pecuária e ecoturismo. Segundo o IBGE (2010), o Estado do Amazonas tem 18,6% da sua população em extrema pobreza, sendo 6,2% da população de Manaus considerada miserável.

A partir da criação da Zona Franca de Manaus, a cidade tornou-se um atrativo de populações vindas do interior do Estado, primeiramente nos setores de comércio e serviços e depois para o pólo industrial de Manaus. A partir dos processos de terceirização, automação, flexibilização do trabalho no setor industrial e a crescente busca por postos de trabalho no setor formal, evidenciou-se um agravamento das condições socioeconômicas e um novo cenário de relações de trabalho incluindo o crescimento de ocupações informais precárias (Oliveira, 2009).

É possível constatar a presença de ambulantes em diversos locais: nas praças e calçadas do centro, nas feiras municipais, nas paradas de ônibus, na área portuária e no calçadão às margens do rio Negro, na parte turística da cidade. Além das bancas de ambulantes, há carros que vendem mercadorias especialmente nas ruas do centro, os “carros-camelôs”.

Segundo pesquisa feita por Oliveira (2009), 99% dos permissionários da Praça Matriz permanecem na banca em média dez horas por dia, trabalhando de segunda à sábado e invariavelmente

2.452.185
HABITANTES

40.486.107
PIB (R\$)

20.000
VENDEDORES
INFORMAIS

41%
ÍNDICE DE
POBREZA

nos domingos dos meses festivos (em datas como Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal, etc). Os ambulantes pagam vigias responsáveis pela segurança das bancas à noite. Os que não deixam suas mercadorias na praça empregam carregadores para levar e trazer suas mercadorias.

O centro de Manaus é o lugar mais emblemático para conhecer os ambulantes da cidade. Segundo pesquisa do SEBRAE (2005) o centro é o local mais atraente para o ambulante, já que circulam 141 linhas de ônibus, 860 veículos coletivos nos dias úteis, 150 mil veículos particulares, além de centenas lojas atacadistas e varejistas e importadoras (Oliveira, 2009).

Em Manaus o reconhecimento do comércio de rua foi feito na gestão do prefeito Amazonino Mendes em 1993 (Kitamura et al.). Segundo dados da Secretaria Municipal de Abastecimento (Sempab) existem 4,8 mil ambulantes na cidade de Manaus, sendo 2,5 mil deles estabelecidos no centro (dados levantados de set. 2009), especialmente nas redondezas da Praça Matriz. Esse número vem crescendo continuamente, especialmente nessa área.

Na gestão atual (2009-2012) existe um projeto chamado “Centro Vivo 28” através do qual a prefeitura tem como objetivo proporcionar melhorias das condições de conforto ambiental, estética e funcional no centro da cidade de Manaus, através de execução de ações imediatas e de planejamento a médio e longo prazo. Os resultados esperados no decorrer da implantação do projeto são elencados como: melhorias na qualidade ambiental; melhorias no sistema viário; recuperação de espaços públicos; sistematização das ações de limpeza urbana; promoção do turismo; melhorias na iluminação pública; promoção

SEGUNDO OS AMBULANTES, A DEMANDA POR COMPRA DE LICENÇAS SEM AUTORIZAÇÃO TEM CRESCIDO

do resgate do patrimônio cultural; melhorias na acessibilidade; e por fim, recuperação das áreas de jardins e mobiliário urbano. Mas, cabe perguntar: e onde entram os camelôs nesse projeto? Muitos dos vendedores de frutas e verduras já foram convidados a se retirar do centro, principalmente do entorno da Praça da Matriz, e isto provocou protestos (pag.66, Oliveira, 2009).

A Sempab tem tentado impedir a instalação de novos ambulantes no centro, suspendendo a emissão de licenças. Segundo os ambulantes, a demanda por compra de licenças sem autorização tem crescido. Eles alegam que o centro está sendo invadido por vendedores migrantes, chineses, peruanos e que falta fiscalização para coibir a comercialização das licenças já outorgadas.

As principais lideranças dos camelôs e feirantes e o governo municipal acreditam que a solução para conter o problema do é a construção de camelódromo ou *shoppings* populares. A proposta da prefeitura é de que com a construção de *shoppings* populares, o espaço público no centro seja reorganizado e que somente os camelôs cadastrados possam ser transferidos para estes locais.

Em 2011, a prefeitura estava construindo um shopping popular provisório, RoadWay,

na zona portuária, com o propósito de ser um piloto antes que um lugar definitivo fosse arranjado. O shopping temporário estava sendo finalizado, com 80% de sua estrutura já construída, mas foi embargado pela justiça. O local foi repassado para a iniciativa privada para outros fins. Enquanto isso, o shopping popular definitivo está em fase de licitação.

Segundo representante do Sindicato dos Vendedores Ambulantes de Manaus (Sincovam), estima-se que existam entre 18.000 a 20.000 ambulantes na cidade. Esse número difere ao que é estimado pela prefeitura. Em 2009, o sindicato fez um mapeamento dos ambulantes na praça central e cadastrou 2.134 camelôs. Na zona leste da cidade, área comercial, o sindicato está fazendo o levantamento do número de ambulantes, e acredita-se que este número chega a mil trabalhadores. Já nos cinco terminais de ônibus da cidade, a estimativa é de haja 600 camelôs.

O governo municipal prevê a construção de *shoppings* populares para abrigar os vendedores ambulantes em diferentes áreas da cidade, especialmente os que trabalham no centro e nas redondezas da área portuária, área de grande concentração e fluxo de pessoas.

As feiras populares de Manaus acontecem em locais cedidos pela prefeitura, como galpões, praças públicas e nas ruas. Nas feiras atuam os feirantes cadastrados e ambulantes. De acordo com informações da Sempab, em Manaus há 54 feiras cadastradas, 33 delas fixas, duas volantes e 19 funcionam na categoria de mercados. O município tem 7.219 permissionários trabalhando atualmente nesses locais.

No centro da cidade, no final do dia, alguns ambulantes aproveitando a ausência de fiscalização montam banquinhas repletas de frutas e verduras para vender aos trabalhadores que saem dos seus empregos.

ESTRUTURA DA VENDA INFORMAL

A lei orgânica municipal vigente para a cidade de Manaus é datada de 1990 e considera como comércio ambulante ‘aquele que é exercido por pessoa autônoma, em vias, logradouros públicos ou de porta em porta’. Cabe ao executivo municipal zonear os locais com demarcação de áreas, os horários, as mercadorias para tal finalidade. A concessão para prática da venda ambulante poderá ser obtida a partir de contribuição anual.

No seu artigo 431, a lei proíbe a utilização e comercialização por parte dos vendedores ambulantes de verduras e estivas e geral; bebidas alcoólicas; uso de gás liquefeito- GLP, armas e utensílios como terçado, faca, punhal, canivete, tesoura, chaveiro, chave de fenda, formão e mercadorias eletroeletrônicas.

As licenças são nominais e intransferíveis, ou seja, não é possível vender ou contratar um trabalhador para trabalhar na banca. A busca por bancas cadastradas é grande, já que os camelôs têm a esperança de que serão contemplados com boxes nos futuros *shoppings* populares. Há uma proibição da atividade do comércio ambulante num raio de 300 metros das proximidades de imóveis do patrimônio histórico.

Durante a pesquisa de campo, o Projeto de Lei 121 estava tramitando na Câmara e previa a concessão dos espaços públicos para a iniciativa privada, uma terceirização da



gestão de mercados e feiras. O projeto não contava com o apoio do sindicato de feirantes e recebia críticas de lideranças políticas que viam com grande risco colocar o setor de abastecimento da cidade nas mãos da iniciativa privada. O projeto não foi aprovado.

Os órgãos da prefeitura que tratam da questão do comércio informal no município são a Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPAB) e o Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (IMPLURB).

A SEMPAB trata da ‘política de promoção, fiscalização e gerenciamento da atuação do comerciante informal de Manaus, além da gerência do sistema produtivo, levando aos centros de comercialização, estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento, que atua diretamente nos segmentos de produção rural, abastecimento, comércio informal, mercados e feiras’(site SEMPAB).

A secretaria conta com os seguintes programas:

- Revitalização de feiras e mercados;
- Reorganização do comércio informal;
- Cadastramento de feirantes;
- Feiras itinerantes nos bairros;
- Atendimento e apoio técnico ao setor primário.

Já o Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB tem como objetivo realizar o planejamento e ordenamento urbano da cidade (plano diretor, mudanças urbanísticas e projetos).

Na tentativa de retomar a fiscalização e controle do espaço público, a prefeitura tem intensificado o controle dos ambulantes, especialmente com relação aos ambulantes de produtos alimentícios e sem cadastro, que não tem como comprovar a origem dos seus produtos. A orientação da SEMPAB é de que caso alguma irregularidade aconteça, o vendedor e o ambulante devem ser retirados, e o proprietário perder a concessão.

A SEMPAB está conversando com as entidades representativas dos ambulantes para entrar em acordo sobre o ordenamento do centro enquanto o shopping popular não fica pronto. A prefeitura está disponibilizando 16 fiscais na área central diariamente.

2. RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

A relação da Sincovam com o poder público é boa, até porque ambos querem a construção de *shoppings* populares para a categoria. Atualmente, o sindicato dos ambulantes está negociando com a prefeitura um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, que é um acordo proposto pelos ambulantes para que haja melhorias nas condições de trabalho nas ruas. Em contrapartida os ambulantes fiscalizariam a vinda de novos ambulantes não-cadastrados.

3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

As principais organizações de vendedores de ruas são: o Sindicato dos Vendedores Ambulantes de Manaus (Sincovam) e a recentemente criada, a Associação dos Vendedores Ambulantes do Comércio Informal do Amazonas (Avacin). Existe também o Sindicato Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus (Sindifeira).

O Sincovam foi criado há seis anos e representa o comércio de vendedores ambulantes de Manaus. Possui 2.134 sócios, que vendem as mais diversas mercadorias, desde artigos de vestuário, bijuterias, eletrônicos, comidas e bebidas e prestam serviços de concertos. O presidente do sindicato está no segundo mandato, e é camelô desde 1982.

O sindicato possui a carta sindical e tem vinte pessoas que compartilham as decisões, incluindo seis membros da diretoria. Estima-se que a proporção de homens e mulheres no sindicato seja de 50% cada. A diretoria convoca os associados e faz reunião a cada dois meses em cada rua do centro para tratar do andamento das atividades e planejamento dos trabalhos. Além disso, eles realizam assembléia interna tal como previsto em estatuto.

O sindicato tem boa relação com a prefeitura e poder público em geral. Alegam que o momento é favorável à tentativa de parcerias, pois é a primeira vez depois de quinze anos que a prefeitura busca o sindicato para colaborar na fiscalização e ordenamento do centro.

Em Agosto de 2011, o Sincovam realizou uma consulta pública da qual participaram 9.714 pessoas para conhecer a opinião sobre a instalação dos camelôs em *shoppings* populares provisórios. O resultado da pesquisa foi de 97% dos votantes se manifestaram a favor da proposta. Esse plebiscito foi entregue aos órgãos públicos competentes numa tentativa de retomar a construção do *shopping* popular.

O Sindicato tem boa relação com a iniciativa privada, a câmara de dirigentes lojistas de Manaus-CDLM, Associação comercial, Prefeitura Municipal de Manaus, Governo do Estado, dentre outros. Segundo Raimundo Nonato, presidente do Sincovam, eles buscam dialogar com os setores e esperam consultados quando o assunto é a venda ambulantes.

Para o Sincovam, seria primeiramente importante trabalhar em áreas prioritárias especialmente na parte central da cidade. Ao mesmo tempo eles reconhecem que muitos ambulantes têm mais de uma banca e a se opõem a mudar para os *shopping* populares para não perder suas bancas ou lojas, pois nos *shoppings* populares somente será permitida uma unidade por camelô.

Entre os temas considerados importantes na agenda de luta da categoria estão: possibilidades de crédito bancário para os ambulantes, modernização das bancas, representação política frente ao poder público e setor privado, além de oportunidades de parcerias para formação empreendedora.

De acordo com o sindicato, também é importante melhorar as condições de saneamento das vias públicas da cidade assim como sua limpeza; reformar o espaço público, especialmente as calçadas; além de criar condições melhores de trabalho para abrigar os ambulantes durante todo o ano – levando-se em conta que em Manaus, no inverno, chove

durante seis meses e isso afeta diretamente o trabalho dos ambulantes e conseqüentemente, a renda das famílias que trabalham no comércio nas ruas.

O sindicato não tem poupado esforços para sensibilizar a população e aos tomadores de decisão sobre a construção dos *shoppings* populares. Já tiveram cinco audiências públicas e duas tribunas populares na câmara de vereadores. Os dirigentes consideram importante que seja levada em conta a capacidade de pagamento de aluguel ou taxas pelos ambulantes nestes locais para que os valores sejam adequados a realidade financeira desses vendedores de modo que o custo não inviabilize o trabalho. Além disso, caso a iniciativa privada seja a responsável pela construção e administração desses espaços, é necessário que a relação entre ela e os camelôs seja intermediada pela prefeitura.

Já a Associação dos Vendedores Ambulantes do Comércio Informal do Amazonas (Avacin) foi criada há pouco mais de seis meses. Não foi possível entrevistar as lideranças da associação no momento da pesquisa. O que se percebeu é que ainda não havia uma agenda comum de trabalho conjunto com o Sincovam.

O Sindicato Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus (Sindifeira), por sua vez, é um sindicato parceiro do Sincovam. Representa os feirantes que vendem produtos alimentícios, lidando também com trabalhadores que atuam nas ruas da cidade. Compartilha da mesma agenda com relação ao ordenamento dos ambulantes. Seus representantes lutam para que o governo municipal disponibilize espaços para abrigá-los. Para eles, atuar nas ruas precariza ainda mais as condições de trabalho, pois os ambulantes enfrentam uma situação mais vulnerável considerando os riscos às intempéries do tempo, exposição a possíveis atos de violência e insegurança.

Em Manaus, os feirantes são essenciais para a economia da cidade, pois o abastecimento da cidade é feito pelas feiras públicas. Segundo a lei orgânica municipal, o Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus representa a comunidade na comissão de abastecimento, um órgão técnico de apoio ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

4. ALIADOS

Durante a pesquisa de campo, não havia nenhuma articulação das organizações de vendedores ambulantes com outras entidades da sociedade civil organizada. O Comitê Popular da Copa de Manaus, criado em Agosto de 2011, está ativo com mais de 40 organizações da sociedade civil, porém os ambulantes ainda não participam desse espaço. O principal objetivo do comitê é monitorar as obras da Copa e assegurar que os movimentos populares e comunidades sejam representados e possam se manifestar contra os abusos.

Seria importante que os vendedores ambulantes se fizessem representar nesse espaço. Há uma preocupação do comitê popular em promover maior participação do judiciário e legislativo nas suas reuniões. O que se percebe é que os sindicatos, por sua

vez, estão se concentrando em estabelecer uma agenda mais comercial e articulando com outros setores. O Sincovam e o Sindiferia têm o apoio da Central Única de Trabalhadores - Manaus (CUT-MA).

Segundo o presidente do Sincovam, os ambulantes têm sido contemplados em políticas públicas com as propostas reais de construção de equipamentos, como *shoppings* populares, crédito para fomento oferecido pelo Governo do Estado, e curso de formação gratuito oferecido pelo SEBRAE. Segundo o presidente, 40% dos camelôs registrados fizeram capacitação com órgão.

Já com relação às feiras populares, onde também são encontrados ambulantes, segundo um parlamentar do município, 'as feiras e os mercados populares têm o estigma de ser um lugar onde pobre compra. A classe média compra nos supermercados. Isso faz com que o setor público não se preocupe com a categoria, os locais são de higiene precária, falta local para refrigeração das mercadorias, dentre outros problemas que precisam ser tratados'.

5. IMPACTO DA COPA

Os ambulantes ainda não percebem nenhuma mudança e não têm conhecimentos sobre os possíveis impactos que poderão ter nos seus negócios com a vinda da Copa do Mundo para a cidade.

As obras ainda não foram definidas, as informações não são claras, os projetos de mobilidade urbana estão parados, assim como a obra no aeroporto. O maior impacto para a população será o monotrilho de linha de 20 km da zona leste a zona central, que é de responsabilidade do governo estadual.

Durante reunião de lançamento do comitê popular da Copa, a principal reclamação das organizações sociais, é de que as audiências não estão mobilizando as comunidades e há uma carência de informação geral.

Os movimentos populares afirmam que a prefeitura não está discutindo sobre as remoções das comunidades, e o tema também não tem sido amplamente discutido na Câmara. A sensação do comitê popular é de que o projeto da Copa não está muito socializado com a população.

Resumidamente as principais obras relacionadas à Copa do Mundo são:

- Requalificação e planejamento para a desocupação dos igarapés;
- O estádio Arena da Amazônia que será construído. O estádio anterior está sendo demolido. O novo estádio terá capacidade para 48.000 assentos, e tem previsão para estar pronto no primeiro semestre de 2013 para receber os jogos da Copa das Confederações, anterior a Copa do Mundo;

- As obras de mobilidade urbana: monotrilho ou VLP ou VLT (coletivos de média capacidade). Alguns setores acreditam que o monotrilho não será construído a tempo. O monotrilho terá a capacidade de transportar 200mil passageiros por dia e terá 20 km de extensão sendo orçado em R\$1,3 milhões;
- Construção de cinco hotéis;
- Programa de segurança pública: programa ronda do bairro e concurso par 2,5 mil policiais;
- Construção de campo de treinamento de atletas;
- Ampliação do porto de Manaus para receber os navios de turistas e que estes possam funcionar como hotéis;
- Reforma do aeroporto e obras do entorno;
- Revitalização do centro de Manaus com a construção de espaços para abrigar os camelôs.

6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A presente pesquisa pôde identificar inicialmente as principais organizações representativas dos vendedores ambulantes. Ficou evidente que o debate sobre a venda ambulante em Manaus é muito incisivo no tema da promoção dos *shoppings* populares. Nesse sentido, torna-se importante conhecer melhor as propostas que estarão sendo discutidas quando do estabelecimento dos *shoppings* populares e se os ambulantes se vêem completados e forma justa e sustentável para exercer suas atividades nesses espaços.

Torna-se importante fortalecer as organizações com informação, e acompanhar os processos decisórios das organizações representativas para garantir este inclusivo e que representem a voz de todos. Além disso, torna-se essencial promover um maior debate sobre o tema na agenda municipal, incluindo o debate com outras lideranças que venham a ter outras opiniões e propostas para a categoria.

Constitui-se um desafio dar continuidade ao trabalho de campo no sentido de reconhecer outras lideranças que tenham uma visão diferente e que possam contribuir nas decisões e organizações da categoria.

Outro ponto importante que deverá ser abordado é a formação de lideranças femininas. Todas as lideranças entrevistadas eram homens e as organizações não se preocupam em ter representantes das ambulantes nas tomadas de decisão.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Marcio Andre Araujo de. **Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus**, Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade de Natal é capital do estado do Rio Grande do Norte, estado do Nordeste Brasileiro. Possui como principais atividades econômicas o turismo, o comércio, a indústria e a construção civil. Essa diversidade contribui para coexistência de um perfil socioeconômico bastante heterogêneo de seus habitantes. É possível encontrar áreas tradicionais da economia marcadas pela precariedade laboral e social, assim como outras áreas de grande expansão e crescimento de renda elevado.

Segundo o IBGE, Natal possui um índice de pobreza de 40% (2010), um percentual de 34,4% de famílias no estado com rendimento mensal familiar *per capita* de até meio salário mínimo (2008), sendo um dos melhores índices socioeconômicos do Nordeste e uma das menores desigualdades sociais do país¹.

Assim como outras médias e grandes cidades brasileiras, Natal observou um grande crescimento da economia informal a partir da década de 1990, do qual passou a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. Paralelamente a esse aumento, tem-se o crescimento de outras formas de trabalho não-regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto de precarização do trabalho (Alves; Tavares, 2006, p 428).

Em Natal os vendedores ambulantes estão presentes na vida cotidiana da cidade. A zona leste, considerada centro da cidade, além de dispor de diversos comércios, serviços e prédios governamentais, é uma área caracterizada por forte presença de trabalhadores da economia informal, sejam eles ambulantes, camelôs, trabalhadores de quiosques, entre outros. Nesta zona, encontram-se os bairros de Alecrim e Cidade Alta, onde há uma expressiva presença de comércio ambulante, além dos dois principais camelódromos ou shoppings populares da cidade.

Os camelôs e vendedores ambulantes do centro da cidade atuam principalmente juntos aos bairros de concentração de lojistas

803.739
HABITANTES

10.369.581
PIB (R\$)

18%
DESEMPREGO

40%
ÍNDICE DE
POBREZA

colocando-se paralelamente aos estabelecimentos comerciais dos bairros Cidade Alta e Alecrim, onde também existem os camelódromos.

Além disso, é possível perceber a distribuição de vendedores ambulantes em outros pontos da cidade, considerados de localização estratégica, onde há grande fluxo de pessoas. Eles estão em calçadas e canteiros das ruas próximas às universidades e escolas da capital, aos *shoppings centers*: *Midwall Via Direta* e *Natal Shopping*, a bancos e hospitais, nos pontos de ônibus e orla marítima, nas praias urbanas (calçadas, areia e/ou feirinha de artesanato), especialmente de Ponta Negra. A estimativa é que para cada calçada de *shopping center* atuem em torno de 15 a 20 camelôs.

Os vendedores ambulantes de Natal vendem diversos tipos de mercadorias que vão desde comida e bebida a peças de vestuários, CDs e DVDs piratas, artigos eletrônicos, celulares, nos camelódromos, além artigos de artesanato típicos da cidade, feitos de palha, bordados, bijuteria de sementes e roupas de algodão, vendidos nas feirinhas.

É possível observar nas ruas do centro que os vendedores ambulantes fixaram muitos de seus pontos de venda, descaracterizando a atividade de ambulante e passando a se tornar camelôs de ponto fixo. Suas barracas são inclusive presas com cadeados na tentativa de garantir esse espaço.

Ainda que seja possível perceber as diferentes manifestações do comércio informal, as condições de vulnerabilidade e precariedade de sua realização estão presentes em

todas as formas. O vendedor ambulante ou camelô não dispõe de espaços seguros, fica sujeito às intempéries do tempo e ainda leva o estigma da categoria que está relacionado à marginalidade.

Durante a pesquisa de campo, os permissionários de boxes dos camelódromos foram muito enfáticos quando questionados sobre a falta de continuidade de políticas públicas para o setor. Reclamaram que foram esquecidos pelo município e que apesar de terem espaços para trabalhar, a sua localização e estrutura disponível não favorecem a busca e continuidade de clientela.

Além das formas tradicionais da venda ambulante na cidade, os vendedores ambulantes também podem participar do fornecimento de bebidas e comidas para um grande evento, o Carnatal, que acontece a cada ano no mês de Dezembro. O evento, considerado

um carnaval fora de época, reúne muitos foliões do Estado e turistas de todo o país. A Prefeitura limita o número de ambulantes cadastrados para vender nas proximidades da passagem dos trios elétricos. Para o presente ano abriram cerca de 350 vagas para vendedores ambulantes nos dias do evento. Outra forma de presenciar a venda ambulante

VENDEDORES AMBULANTES FIXARAM MUITOS DE SEUS PONTOS DE VENDA, DESCA- RACTERIZANDO A ATIVIDADE

na cidade é a venda próxima aos estádios na ocasião de partidas de futebol.

Natal não tem legislação específica para a regulação do comércio ambulante. A lei orgânica do município não trata especificamente das questões da venda informal. Regulamenta as questões das responsabilidades municipais de forma ampla.

Segundo titular da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) entrevistado, “não há legislação que possa impedir o trabalho dos ambulantes”². De acordo com ele, “a única recomendação utilizada pela SEMSUR é de que o comércio não sendo ilegal, funcione de forma itinerante, ou seja, não seja fixo”. Sendo assim, não é permitida a ocupação do espaço público, de forma fixa na cidade.

Os vendedores permissionários de ponto fixo, por possuírem licença para atuar em determinados pontos da cidade, possuem maior estabilidade e melhores condições de trabalho. É o caso de feirantes e de camelôs cadastrados pela SEMSUR.

A prefeitura organiza-se em secretarias municipais. A venda ambulante da cidade é administrada pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR, que tem como uma das suas atribuições “normatizar e fiscalizar o comércio ambulante, as bancas de revistas, quiosques, os trailers e demais serviços similares”, assim como a gestão e qualificação das feiras livres da cidade.

Desde 2009 a SEMSUR vem tentando fazer o levantamento e cadastramento dos comerciantes informais do centro: ambulantes, camelôs, trailers e quiosques na pretensão de legalizar 70% dos vendedores que atuam nos espaços públicos da cidade sem licença da prefeitura. Segundo a SEMSUR estão cadastrados 1.600 ambulantes, 1548 feirantes e 222 boxes de mercado (Jornal Tribuna do Norte, 29/09/2009).

Ainda de acordo com a Secretaria, as primeiras fiscalizações feitas junto aos ambulantes têm efeito de notificação, sejam sobre o local impróprio para a venda, ou a irregularidade da atividade desenvolvida. Essa notificação fixa um prazo entre 24 e/ou 72 horas para que deixem o local. Quando o ambulante tem reincidência, seu material pode ser recolhido. Quando recolhido, o material será doado, não retornando ao ambulante. ‘Quando o produto recolhido seja alimento, este é doado às instituições de caridade e se são não perecíveis, são enviados para armazéns da própria SEMSUR’ (Oliveira, 2009). A secretaria utiliza o sistema de rodízio de fiscais em todas as áreas comerciais concentrando 10 a 15 fiscais em cada local por dia de atuação³.

Quando há uma chamada da prefeitura para realização de cadastramento, os fiscais vão aos locais de venda e dão um prazo para que se cadastrem. O recadastramento tem se repetido em diferentes gestões municipais não havendo continuidade dos trabalhos anteriormente realizados.

NATAL NÃO TEM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA A REGULAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE

De acordo a pesquisa feita por Oliveira (2009) “a praia de Ponta Negra, os bairros Cidade Alta e Alecrim, e pontos de ônibus próximos aos *shoppings centers* são os locais mais visitados pelos fiscais da SEMSUR justamente por serem alvos de denúncias de empresários e populares que se dizem prejudicados pela presença dos ambulantes”.

2. RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

Percebe-se que as associações classificam sua relação com o poder público como ‘boa’, quando conseguem resolver rapidamente entraves relacionados à atividade cotidiana da venda, como, por exemplo, licenças, impostos, etc. Esse é o caso da Associação da Feira de Artesanato de Ponta Negra.

Porém, quando se trata do tema da construção coletiva de políticas para o setor, a relação é quase inexistente. Não há nenhuma comissão temática nem no poder executivo, nem no legislativo que esteja envolvida na discussão sobre o planejamento da atividade na cidade.

Segundo alguns dos entrevistados, o contato dos camelôs com seus representantes parlamentares eleitos é pontual e limitada, pois eles aparecem somente antes das eleições. Há uma preocupação dos vendedores ambulantes que essa falta de articulação com o poder público venha a prejudicá-los especialmente quando começarem a implementar as obras para a Copa do Mundo nos locais de grande presença de vendedores informais. Eles temem que suas demandas não sejam ouvidas, e que a ameaça de retirada dos ambulantes dos seus postos de trabalho torne-se realidade.

3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

Durante a pesquisa de campo não se encontraram lideranças de rua ou associações de ambulantes criadas para buscar melhorias para a categoria. Foi possível entrevistar as Associações de Permissionários dos Camelódromos de Cidade Alta e Alecrim e da Feira de Artesanato de Ponta Negra. Além disso, alguns camelôs do Alecrim, na avenida Bandeira, foram entrevistados aleatoriamente.

Segundo representante do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos essa dificuldade de se encontrar lideranças ou associações de referência representativas dos ambulantes aparece porque “não há mobilização autônoma e os movimentos de trabalhadores informais foram sempre muito ligados às oligarquias e partidos políticos”. Percebe-se, portanto, que existe uma representação para fins comerciais, mas não para a sensibilização a favor da luta pelos interesses da categoria.

O bairro do Alecrim, na zona leste de Natal, realiza desde a época de 1920 uma feira tradicional. O comércio é bastante diversificado, e os ambulantes – 836 bancas e

437 feirantes – vendem frutas, produtos eletrônicos e informática, DVDs, roupas, dentre outros. Também há um comércio de produtos sazonais que atende a pedidos da clientela de acordo à época do ano.

No bairro, há presença de muitos informais, especialmente nas ruas principais próximas às paradas de ônibus, por onde passa um grande fluxo de pessoas que utilizam o

*EM 1980, A
PREFEITURA
CONSTRUIU O
CAMELÓDROMO
SHOPPING
PARA TENTAR
CONCENTRAR OS
AMBULANTES EM
UM ÚNICO LUGAR*

transporte público. Estima-se que pelas ruas do Alecrim trabalhem em torno de 500 camelôs (Paris, 2008). Os camelôs vendem em frentes às lojas. Por um lado, alguns lojistas vêm a presença dos camelôs de forma incômoda, outros, acham que os camelôs atraem clientela, porém reivindicam reestruturação das ruas ou deslocamento apropriado dos vendedores ambulantes (Oliveira, 2009).

Em 1980 a prefeitura construiu o camelódromo Shopping dos Pequenos Negócios do Alecrim (Shopene), na tentativa de concentrar os vendedores ambulantes em um único espaço (Oliveira, 2009). Em 1989 foi criada a Associação do Shopping dos Pequenos Negócios do Alecrim para representar os interesses dos seus permissionários e organizar a gestão do shopping popular. Segundo relata o vice-presidente da associação, a organização nasceu a partir das tentativas de organização física com a construção de boxes de madeira.

A associação é legalizada, tem estatuto e quadro de sócios. Segundo o vice-presidente, “eles se reúnem quando precisam”, mas geralmente a cada 45 dias.

De acordo com ele, “depende dos problemas”. Geralmente é o corpo principal diretivo, formado por sete representantes eleitos a cada dois anos, que concentra as decisões. Quando a decisão é tomada, eles comunicam aos associados. Caso o assunto seja de interesse dos sócios, a decisão é tomada em conjunto.

As principais reivindicações dos permissionários do Shopene dizem respeito à realização do trabalho cotidiano comercial são: melhoramento da estrutura física, condições de acessibilidade e modernização dos boxes, necessidade de lugares para alimentação no estabelecimento; e aumento das oportunidades de realização da venda como aquisição de máquinas eletrônicas de pagamentos para cartões de débito e crédito.

Os ambulantes do Alecrim reclamam da precária infra-estrutura urbana e saneamento precário. Há muitos buracos nos canteiros e sujeira nas ruas. Além disso, há uma insegurança, sendo os ambulantes e clientes vulneráveis a possíveis furtos e situações de violência.

Já no bairro Cidade Alta, vizinho ao Alecrim, muitos vendedores ambulantes comercializam seus produtos no final do dia, quando não há fiscalização. Aproveitam esse tempo

para coincidir com o fechamento das lojas e término do expediente dos trabalhadores lojistas. Ao final do dia, desenha-se no ambiente de Cidade Alta, um cenário diferenciado, no qual literalmente, as calçadas da Avenida Rio Branco e Rua Princesa Isabel ficam tomadas de mercadorias, espalhadas pelo chão, transformando o panorama visto durante o dia, período no qual esses vendedores não se instalam” (Oliveira, 2009).

Em 1997 a prefeitura municipal construiu um local para abrigar os ambulantes do bairro⁴. Foi feito um sorteio entre os ambulantes e depois se disponibilizou o local para ocupação. Esse espaço seria mais um camelódromo para a cidade, o Shopping Popular Cidade Alta. O camelódromo possui 452 boxes que vendem diferentes artigos como artigos de vestuário, DVDs e CDs piratas, além de oferecerem serviços de consertos de celulares e relógios.

A prefeitura paga pela energia elétrica do camelódromo. As instalações do local são precárias especialmente com relação à rede elétrica. Inclusive, vários pequenos focos de incêndios já aconteceram no local, colocando em risco a vida dos vendedores e clientes. O Shopping Cidade Alta tem as suas vias de acesso mais amplas e arejadas se comparadas às do Shopene.

No mesmo período, foi criada a Associação Shopping Popular Cidade Alta no intuito de zelar pelos interesses dos permissionários dos boxes do Shopping Cidade Alta. A associação zela principalmente pela sua gestão administrativa e manutenção como limpeza e vigilância. Segundo Adriano Rocha, diretor administrativo da associação, dos 452 boxes, somente 230 deles são ativos. O restante serve de depósito já que seus donos preferem vender nas ruas.

O representante da Associação alega que outros permissionários poderiam fazer melhor uso do espaço cedido, porém Associação não pode interferir, pois somente a prefeitura pode agir e controlar sua ocupação. Ele aponta outros problemas, como por exemplo, o aluguel dos boxes pelos permissionários que, segundo ele, são em torno de 30% a 40% dos boxes existentes, ou seja, o permissionário cede o box para um terceiro. O aluguel varia de \$70 a \$200 reais por mês. Outro problema citado por ele é a grande quantidade de ambulantes instalados ilegalmente nos locais considerados impróprios que teriam mais chances de vender seus produtos por estarem mais próximos à clientela que frequenta o bairro Cidade Alta (Oliveira, 2009). Esse distanciamento dos lojistas e do fluxo de pessoas é uma das grandes queixas dos permissionários desse camelódromo.

*HÁ UM CLIMA DE
INSEGURANÇA,
AMBULANTES E
CLIENTES ESTÃO
VULNERÁVEIS A
POSSÍVEIS FURTOS
E SITUAÇÕES
DE VIOLÊNCIA*

Com relação às questões de gestão e governabilidade, a Associação Shopping Cidade Alta se reúne somente quando tem que resolver algum problema. Mas, segundo um representante da organização, quem resolve é o presidente da associação. Ele afirma que poucos sócios participam, chegando ao máximo ao número de 15 sócios quando se trata de algo muito importante. A última reunião ampla de sócios aconteceu há um ano.

A associação tem regulamento interno e conta 65% de homens e 35% de mulheres no seu corpo de sócios. A administração do shopping relata que 70% dos ambulantes iniciais que foram contemplados com o local de venda no shopping foram embora por falta de divulgação e apoio.

A associação enfrenta problemas de dívidas financeiras aos funcionários e não possui recursos para realizar investimentos. As principais demandas dos permissionários são: melhoramento das instalações especialmente no relacionado à manutenção e melhoria da rede elétrica (os vendedores têm muito medo de incêndio, pois além da rede ser muito antiga, esta se encontra sobrecarregada) e realização de ações de promoção das vendas e marketing do local: segundo a associação, o local é muito abandonado e não há divulgação junto à clientela.

Com relação aos vendedores informais, a associação acredita que será necessária uma reorganização dos ambulantes, incluindo a emissão e revisão das licenças e revisão das condições de permissão dos boxes nos shoppings populares. Além disso, acreditam que é importante dar uma melhor visibilidade aos trabalhadores da economia informal que em muitas vezes vistos como marginais, e para isso, seria necessário rever as políticas públicas para o setor.

4. PRINCIPAIS ALIADOS

Os vendedores informais de Natal não têm articulação com o movimento sindical. O Comitê Popular da Copa de Natal é um comitê pequeno e bastante coeso, formado por profissionais liberais e organizações da sociedade civil organizada. Eles demonstram estarem sensibilizados com as questões dos vendedores informais, especialmente no que diz respeito à violação dos direitos humanos. Algumas organizações que participam do Comitê Popular da Copa são: Coletivo Leila Diniz, Comitê 9840, Cedeca Casa Renascer, Instituto Sabino Gentile, dentre outras.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) há também a iniciativa do observatório das metrópoles, que envolve especialmente professores dos cursos de geografia e arquitetura e urbanismo. Eles estão desenvolvendo diferentes estudos sobre os impactos na infraestrutura urbana e social da Copa na cidade. Eles também participam das atividades do comitê popular da Copa local.

Os vendedores ambulantes não têm muita articulação com os três poderes na esfera

local. Porém quando há algum tipo de conflito, recorrem primeiramente à prefeitura para resolvê-lo, somente depois recorrem aos vereadores e deputados, mas ainda assim, de forma limitada, sem muita referência.

5. IMPACTO DA COPA DO MUNDO

Em Natal há uma grande desinformação e descontentamento pela falta de diálogo entre governo e sociedade civil sobre as obras relacionadas à Copa do Mundo. Sabe-se que há uma preocupação dos governos municipal e estadual em minimizar as remoções, especialmente por causa dos projetos de mobilidade urbana que terão que ser construídos na cidade.

Estima-se que 670 famílias serão afetadas no projeto inicial, e a prefeitura ainda está desenvolvendo um plano para diminuir este impacto. Além disso, estima-se que foram gastos 30 milhões em estudos. Com relação às obras, serão no total onze intervenções em avenidas em vias estruturais.

Há ainda muita especulação sobre as possíveis mudanças urbanas que acontecerão com a vinda da Copa, mas não há um canal de diálogo direto entre a prefeitura e os trabalhadores informais. As possíveis mudanças na cidade são acompanhadas pela mídia e a informação que surge primeiramente é sobre o estádio. O projeto inicial do estádio Arena das Dunas foi modificado. A prefeitura doou para o Estado, o Estado vai dar concessão por 25 anos para a iniciativa privada.

Apesar ainda das mudanças serem poucos visíveis, alguns ambulantes já estão sofrendo os impactos das obras da Copa. Muitos dos que vendiam nas proximidades dos estádios tiveram que mudar de local de venda ao redor ou a caminho do estádio. Segundo pesquisadores do observatório das metrópoles, os jogos agora são mais distantes, porque estão acontecendo em um clube de futebol privado. Os pesquisadores acham difícil que os mesmos vendedores tenham se mobilizado para o novo local por causa da distância do estádio que fica fora de natal.

Segundo representante do comitê popular da Copa, os ambulantes foram para o campus universitário ou suas proximidades, e para as paradas de ônibus da cidade, em geral pontos de grande fluxo de pessoas.

Quanto aos permissionários entrevistados dos shoppings populares, eles acreditam que não sofrerão nenhuma remoção e não têm nenhuma informação sobre as exigências

*O COMITÊ POPULAR
DA COPA DE NATAL
É FORMADO POR
PROFISSIONAIS
LIBERAIS E
ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL
ORGANIZADA*

da Fifa com relação às mercadorias, praças dos torcedores, zonas de exceção, dentre outros. Já os movimentos sociais afirmam que a prefeitura tem feito somente estudos, mas nenhuma ação foi encaminhada.

Entre as preocupações dos movimentos sociais que participam do comitê popular da Copa estão:

1. As questões relacionadas ao direito à moradia.

O maior impacto sentido até o momento foi o da construção do novo estádio de futebol, o Arena das Dunas. As remoções para a construção dos projetos de mobilidade urbana ainda estão por acontecer e o que se sabe é que há um desejo da prefeitura e do governo do estado para que este seja o menor possível. Contudo, sabe-se que há uma grande especulação imobiliária em novas áreas e áreas turísticas, as áreas próximas ao rio serão reurbanizadas e há um forte perigo de expulsão dos moradores dessas áreas, além das famílias que terão que serem removidas para a construção do obras para o evento. Além disso, muitos moradores tiram sustento familiar possuindo pequenos negócios nas suas casas: mercadinhos, bancas de venda de alimentos e bebidas, dentre outras.

2. Falta de estabelecimento de espaços colaborativos e decisão.

Segundo o comitê da Copa, a prefeitura e o governo somente informam sobre as decisões tomadas no planejamento.

3. Falta de clareza das informações e de estabelecimento de canais de comunicação mais transparente.

Os vendedores ambulantes não possuem informações atualizadas sobre as possíveis mudanças na cidade e não sabem como as questões relacionadas à zona de exceção, assim como às limitações de venda devido a lei da Fifa irão afetar suas atividades.

O maior desafio é com relação à necessidade de identificação e fortalecimento de lideranças representativas dos vendedores ambulantes. Durante a pesquisa, não se conseguiu identificar as lideranças da categoria na cidade, e segundo trabalhadores locais, elas não existem. Outro desafio vinculado a este é a identificação de lideranças femininas.

A organização dos vendedores ambulantes é muito frágil, se limita basicamente à atividade comercial, não havendo vínculos sociais entre indivíduos e organizações que lutam conjuntamente para o estabelecimento de políticas para o setor.

Da mesma forma, será necessário fortalecer os vínculos com a universidade, os institutos de pesquisa e a sociedade civil organizada para que esse setor da economia comece a ser visualizado e repensado por todos. Outro desafio é com relação à formação

de dados sobre o perfil da economia informal de Natal, incluindo desagregação de dados sobre os vendedores, questões sobre os imigrantes, jovens e mulheres.

6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A pesquisa de campo em Natal evidenciou que os impactos da Copa ainda não foram sentidos nem pelos ambulantes nem pela sociedade civil em geral. Há uma expectativa sobre possíveis mudanças na estrutura física urbana, mas tudo ainda muito especulativo, já que a informação ainda não é clara e precisa.

Torna-se necessário fomentar o debate sobre estes impactos na economia informal nos espaços já formados como o comitê popular da copa e fortalecer esforços conjuntos nas cidades juntamente com outras organizações que estão promovendo o debate sobre o evento: observatório das metrópoles, ICM-Internacional da Construção e Madeira, Central Única de Trabalhadores, Ministério Público e Defensoria Pública. Além disso, buscar promover o debate sobre o tema da economia informal no executivo, legislativo e judiciário municipal e estadual com o estabelecimento de comissões, através da pressão das organizações da sociedade civil organizada.

Esse debate amplo deverá levar a uma criação de um canal de articulação e negociação social que possa atender às principais reivindicações do setor.

NOTAS

1. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Natal_\(Rio_Grande_do_Norte\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Natal_(Rio_Grande_do_Norte))
2. Entrevista dada ao jornal Diário de Natal em 11 de setembro de 2011.
3. Idem
4. Rua Ulisses Caldas, centro, perpendicular a av. Rio Branco.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A Dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In **Riqueza e miséria do trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NASCIMENTO, Gerson Gomes do. **Shopping-centers**: elementos de (re) produção urbana na zona sul de Natal-RN. 2003. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

OLIVEIRA, Joima de Deus; **Trabalhadores por conta própria**: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta. Dissertação do Mestrado Serviço Social, UFRN, Natal, 2009.

www.pmf.gov.br. **Site da Prefeitura Municipal de Natal**

PORTO ALEGRE

MAÍRA VILLAS
BÔAS VANNUCHI

I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade de Porto Alegre está situada na região sul do Brasil, e apresenta os maiores índices de desenvolvimento econômico e social do país. Recebeu altos fluxos de imigração de várias regiões da Europa no século XIX, que influenciaram no veloz crescimento e desenvolvimento urbano da cidade. A metrópole tem grande parte da economia no setor primário e secundário, e recentemente passou a apresentar crescimento da contribuição do setor de serviços no setor econômico¹.

Não foram encontradas estatísticas públicas sistematizadas sobre o número de vendedores informais em Porto Alegre. No entanto, algumas lideranças calculavam, antes do estabelecimento do Centro Popular de Compras, em 2007, a existência de aproximadamente quatro mil vendedores na região central da cidade. Este número inclui, além dos vendedores informais de mercadorias de utilidade, ambulantes itinerantes de alimentos e bebidas. A entidade representativa vendedores itinerantes possui aproximadamente 2.400 cadastrados, que são conhecidos como “fim de linha”, por venderem em terminais de ônibus e trens nos bairros da cidade.

Os produtos vendidos no Shopping Popular, que abarca os vendedores informais que costumavam vender no centro, são em geral eletrônicos chineses e confecções. Os ambulantes itinerantes, os únicos autorizados a vender nas ruas do centro, comercializam alimentos perecíveis como churrasco, bebidas, doces, algodão doce, pipoca, cachorro quente etc. Nos bairros de Porto Alegre são encontrados vendedores informais de produtos perecíveis e não perecíveis vendidos regularmente. No entorno dos estádios, a uma distância de aproximadamente 30 metros da entrada, são encontrados vendedores informais comercializando lanches e bebidas, além de artigos de torcida dos times que vão jogar.

Nas feiras de artesãos, assim como nas feiras de economia solidária, são comercializados artesanatos feitos de elementos

1.409.351
HABITANTES

37.787.913
PIB (R\$)

7%
DESEMPREGO

5.000
VENDEDORES
INFORMAIS

23,74%
ÍNDICE DE
POBREZA

naturais (bioartesanato), além de produtos alimentícios, roupas e objetos que imprimem a cultura local.

De acordo com Martins (2004), os vendedores ambulantes são caracterizados por formarem um grupo heterogêneo. Sua pesquisa mostra que além dos comerciantes informais cadastrados na prefeitura, há ainda um contingente de vendedores informais que exerce a atividade de forma irregular e outro segmento que opera comercializando produtos ilegais².

A Lei nº 3.187 de 24 de Outubro de 1968³, que por muitos anos regulamentou o comércio ambulante no município de Porto Alegre, foi alterada em 2006 quando o Centro Popular de Compras (Shopping Popular) foi inaugurado. As leis que regulam atualmente o comércio ambulante no município dividem os vendedores informais entre os que vendem produtos perecíveis e não perecíveis.

Os trabalhadores que vendem mercadorias de utilidade passaram em 2006 a ser normatizados pela Lei nº 9941, que determina a mudança da denominação oficial da profissão de camelô para a de comerciante popular. A lei determina que os vendedores informais situados na região central da cidade podem vender apenas no Centro Popular de Compras, que funciona de acordo com o Decreto nº 16.101 de 2008, enquanto os vendedores informais de outras regiões das cidades (bairros) são autorizados a vender regularmente nas áreas públicas.

No Centro Popular de Compras (CPC), a prefeitura emite dois tipos de licença de comercialização, o alvará provisório – a título precário – que deve ser renovado anualmente e que o município tem o poder de cassar, e o alvará definitivo, mediante cadastro na categoria Micro Empreendedor Individual (MEI), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que prevê contribuição para a previdência social, o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Os vendedores informais que vendem produtos perecíveis são autorizados a comercializar nas ruas e são regulamentados pelo *Decreto nº 15.464 e pela Lei nº 9.720, de 2005, que estabelece normas para o comércio ambulante nas áreas públicas, e normatiza a concessão de licença para o exercício da venda de produtos alimentícios como churrasquinho, cachorro-quente, refeições rápidas, bebidas não alcoólicas etc. em vias e logradouros públicos*. Estes vendedores informais devem seguir padrões de estética e higiene estabelecidos pela prefeitura.

Com exceção dos comerciantes do CPC, todos os demais ambulantes da cidade possuem o alvará a título precário, que deve ser renovado anualmente. A legislação permite o cadastro de até dois auxiliares e a autorização de venda é hereditária, passando de pai para filho, de forma que novos vendedores não podem ser legalizados, pois dificilmente novas vagas são abertas.

A secretaria municipal responsável pela emissão do alvará de autorização de venda na rua é a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC). Embora não haja frequentemente abertura de novas vagas de comercialização no espaço público, devido ao fato de a autorização municipal ser hereditária e de novas vagas não serem criadas, a

SMIC dispõe de um procedimento de solicitação de alvará. Representantes de organizações de vendedores informais consultados declararam que apesar da inexistência de vagas disponíveis no centro, é possível conseguir alvará para comercialização no espaço público em bairros como Assis Brasil, Resenha, Azen, Praça Parobé, Viaduto Conceição e Bonfim.

Algumas lideranças destacaram que não há grande incidência de violência policial no processo de fiscalização da SMIC. A apreensão de mercadorias de trabalhadores sem licença de venda segue, na maioria das vezes, o procedimento de lacre e de disponibilizar a retirada do produto sob a apresentação de nota fiscal e pagamento de multa (ainda que a multa normalmente seja mais cara que a mercadoria e, portanto, o ambulante irregular não consiga pagar).

No entanto, o principal problema destacado em relação à atitude da SMIC e da Prefeitura em relação ao comércio informal, é a constatação de que a instituição do Centro Popular de Compras (CPC) na região central da cidade significou a realização de um projeto de limpeza urbana de exclusão definitiva dos vendedores informais das ruas. O processo de negociação do poder público com os vendedores informais para a construção do CPC resultou no acordo de que a comercialização informal nas ruas do centro ficaria proibida.

De acordo com os trabalhadores entrevistados, a medida foi tomada para evitar que os comerciantes populares que fossem remanejados das ruas para o camelódromo tivessem sua renda familiar ameaçada pela concorrência com o comércio informal nas ruas entorno do CPC. No entanto, a proibição da venda nos espaços públicos do centro de Porto Alegre resultou no controle estrito da atividade e a expropriação do espaço público para a comercialização informal, atividade que historicamente assegurou a subsistência de trabalhadores que se encontram em situação de grande vulnerabilidade social.

2. RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

O estabelecimento do Centro Popular de Compras (CPC) foi a principal medida do poder público em relação ao comércio informal nos últimos anos. A instituição do shopping popular, que alterou a legislação que regulamentava o comércio informal, significou uma mudança no paradigma da cidade. Existem diferentes visões sobre o processo de instauração do CPC, que ilustram as percepções existentes sobre a atitude das autoridades municipais em relação à venda ambulante.

Os representantes de organizações de vendedores informais de Porto Alegre se dividem entre aqueles que defendem que o camelódromo ofereceu vantagens sólidas aos trabalhadores, que ao saírem das ruas para um ambiente fechado e regulamentado deixaram de ser expostos ao abuso policial e eventualidades climáticas, além de contar com mais segurança, estabilidade e dignidade; e aqueles que defendem diferentemente, que o camelódromo fez parte de um processo de encarceramento e isolamento dos ambulantes e de criminalização da profissão àqueles que foram excluídos do processo de regularização.



Os que defendem a segunda opção pontuam que para se manter dentro do CPC, é preciso ser capitalizado e capaz de arcar com o aluguel e condomínio cobrados pela empresa administradora do local, e que aqueles que não conseguem realizar os pagamentos em dia são despejados do espaço de venda.

Para compreender o projeto de construção do camelódromo, é preciso remontar o processo de diálogo com a prefeitura, o cadastramento e o início do funcionamento do shopping popular.

Parte significativa dos representantes de organizações de vendedores informais entrevistados defende que no início da elaboração do projeto do CPC existiam cerca de 800 ambulantes nas ruas do centro, e que o processo de cadastramento incluiu todos os vendedores de rua da região. O planejamento do camelódromo contou com o diálogo entre a prefeitura e os comerciantes informais, além de audiências públicas que resultaram na incorporação de propostas dos ambulantes no projeto arquitetônico do shopping popular. Os vendedores informais, com base no levantamento de outras experiências de camelódromos Brasil afora, exigiram que o shopping popular fosse horizontal e não vertical como no projeto original. O processo de cadastramento ainda deu prioridade e ofereceu os boxes mais bem localizados a 60 deficientes visuais.

As entidades representativas de vendedores informais que se opõem ao projeto do camelódromo não discordam do fato de ter existido diálogo no projeto de estabelecimento do CPC, no entanto, assim como urbanistas da ONG Cidade que acompanharam o processo de negociação, defendem que a construção do camelódromo foi um artifício da prefeitura para convencer os camelôs no seguinte discurso: o direito de serem comerciantes, de que a rua é precária e que o shopping popular realizaria o “sonho de dignidade”. Os entrevistados que defendem essa perspectiva avaliam que antes do estabelecimento do camelódromo havia 4quatro mil comerciantes no centro, e que a prefeitura reconheceu e incluiu no projeto do shopping popular apenas 840.

Independentemente das divergências entre representantes das diversas organizações, todos relataram que pouco antes do início do projeto de construção do CPC, a prefeitura sinalizou aos vendedores informais que o município iria “revitalizar” e “reorganizar” o espaço público da região central da cidade, e que o projeto não era compatível com a ocupação dos espaços de interesse pelo comércio informal. Por outro lado, o shopping popular era bem quisto pelos vendedores informais que nas ruas tinham de gastar com carrinho, carregador, estacionamento, além de estarem expostos a chuva, sol e assaltos ao depósito onde armazenavam a mercadoria. Foi neste contexto que as entidades representativas de ambulantes então existentes se mobilizaram para participar do projeto de construção do camelódromo.

Embora o processo de negociação do camelódromo tenha sido participativo, as conversas não transpareceram que a prefeitura planejava estabelecer uma parceria público-privada para a administração do terreno público cedido ao shopping popular. Também não foi colocado que a lógica empresarial da administradora na gestão do CPC prevaleceria sobre o direito ao trabalho, sem nenhuma intervenção da prefeitura. Os urbanistas da

ONG Cidade defendem que a administração empresarial do CPC estabelece uma lógica darwinista, onde vendedores competem entre si, comercializam produtos parecidos e têm de pagar aluguel no valor aproximado de um salário mínimo por box, além do condomínio (segurança, limpeza, conservação), e caso não consigam pagar são expulsos. Os únicos vendedores que conseguem sobreviver são aqueles mais capitalizados, sobretudo que vendem produtos eletroeletrônicos.

Algumas entrevistas apontaram para o fato de que esses vendedores mais capitalizados são aqueles que têm condições de pagar o contrabando de mercadoria chinesa. Os vendedores que não têm poder aquisitivo para comprar esses produtos, não conseguem lucrar o suficiente para pagar a administradora, se mantém com muita dificuldade, muitas vezes tendo que ceder o espaço de venda a comerciantes mais fortes, que pressionam para alugar o box. Foi citado também entre as organizações de ambulantes que o camelódromo tem sido palco de disputa de lojistas da região que se interessaram na oportunidade de negócio e no movimento de pessoas. Estes lojistas por vezes alugam até três boxes e fazem pequenas lojas.

*CERCA DE 50%
DOS AMBULANTES
PARA O SHOPPING
POPULAR FORAM
DESPEJADOS POR
NÃO CONSEGUIREM
PAGAR O ALUGUEL
E CONDOMÍNIO*

A organização que se opõe à lógica empresarial existente no CPC, a Associação Feira Rua da Praia (ASFERAP), denuncia que cerca de 50% dos ambulantes que foram transferidos das ruas do centro para o shopping popular foram despejados por não conseguirem pagar o aluguel e condomínio, sem nenhuma intervenção da prefeitura.

Por outro lado, a Associação dos Comerciantes do Centro Popular de Compras de Porto Alegre (ACCPC-POA) defende que a administração municipal, embora negligente e permissiva quanto à lógica empresarial imposta pela administradora, faz “vista grossa” aos produtos eletrônicos piratas comercializados no camelódromo, com a intenção de possibilitar que os vendedores pequenos se capitalizem, criem condições de crescer e se adaptar a lógica econômica de pequeno comerciante.

O diálogo entre os comerciantes informais e as autoridades municipais, ainda que com contradições, existe solidamente e está relacionado à cultura de participação social do estado do Rio Grande do Sul, que estabeleceu na década de 80 em diversos municípios o Orçamento Participativo (OP), que possibilitou a formação de conselhos temáticos por atores sociais relevantes que discutem a elaboração de propostas para o orçamento municipal do ano seguinte. Diversos representantes de associações de comerciantes informais, juntamente com autoridades municipais, fazem parte de conselhos municipais e fóruns que debatem temas como, por exemplo, trabalho e renda. Este quesito faz a administração pública de Porto Alegre dispor de mecanismos consultivos ou decisórios que institui o diálogo com esses conselhos.

O acordo entre os comerciantes alocados no camelódromo com a prefeitura sobre a proibição da venda informal nas ruas do centro permitiu que a gestão municipal determinasse no planejamento urbano do município, um quadrilátero que só autoriza o comércio popular dentro do CPC. Os trabalhadores que vendem irregularmente nas ruas do centro atualmente sofrem fiscalização intensa e correm risco de terem sua mercadoria apreendida. Existe um convênio da SMIC com a Brigada Militar (polícia estadual) para fiscalizar o comércio ambulante no centro.

A relação entre os trabalhadores excluídos de regulamentação e as autoridades municipais não pôde ser mapeado pelo presente relatório, pois não houve contato com trabalhadores nesta situação. De acordo com a Associação Gaúcha Autônoma de Vendedores Profissionais Transitórios, que representa os trabalhadores itinerantes que comercializam alimentos perecíveis e bebidas, a prefeitura não tem preocupação em cadastrar ou licenciar os ambulantes que vendem ao redor dos estádios, mas apenas verifica se estão respeitando a distância estabelecida de 30 metros do estádio. Um trabalhador consultado que vendia bebidas alcoólicas regularmente ao redor dos estádios, disse que há alguns anos a prefeitura cassou as licenças de venda de bebidas alcoólicas.

A regulamentação dos artesãos ocorre através de uma prova para emissão da carteira de artesão realizada pela Casa do Artesão. A prova de artesão pode ser agendada a qualquer dia do ano e é exigida a produção de três produtos diferentes, para assim evitar revenda. Os seguintes critérios são utilizados: ineditismo, acabamento e criatividade. Os artesãos são pontuados, e anualmente a SMIC lança edital para triagem de artesãos que se inscreverem para ingressar nas feiras de artesanato. As maiores pontuações são selecionadas, sendo o júri composto por uma comissão de artesãos e representantes da SMIC. A diretoria das feiras de artesanato se reúne uma vez por mês com a SMIC para resolver questões.

A maior crítica das organizações à atuação da prefeitura em relação ao comércio ambulante é a crescente restrição do espaço público para o uso comercial que vem ocorrendo, atrelada à "revitalização" dos espaços públicos. A preocupação dos ambulantes do Gasômetro, região turística prestes a ser incluída em um projeto de remodelamento urbano, é de que sejam expulsos da área ficando sem meios de subsistência. Outro ponto delicado é a falta de intervenção das autoridades e mesmo conivência com a lógica mercadológica imposta pela administradora do camelódromo aos vendedores.

3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

As reivindicações das organizações de vendedores ambulantes no município de Porto Alegre variam de acordo com as condições de venda no espaço público que os diferentes tipos de comerciantes informais exercem. As principais entidades mapeadas são:

CPCPOA – Associação dos Comerciantes do Centro Popular de Compras de Porto Alegre

- conquistar alvará definitivo (atrelado a categoria MEI) para todos os ambulantes do CPC (muitos ainda estão com autorização a título precário);
- estabelecer uma relação comercial mais justa entre administradora e vendedores.

ASFERAP – Associação Feira Rua da Praia

- intervenção pública para assegurar relação comercial justa e solidária entre a administradora do camelódromo e os vendedores;
- Criar novos espaços públicos para a venda informal.

Associação Gaúcha Autônoma de Vendedores Profissionais Transitórios

- garantir direitos dos ambulantes e participação nas decisões dos órgãos municipais sobre o comércio informal.

Fórum Municipal da Economia Solidária

- conseguir garantir juridicamente a realização das feiras de economia solidária nos espaços públicos do município.

Sindiambulantes - Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Comércio Varejista de Feirantes do Rio Grande do Sul

- organizar a categoria;
- administrar o processo de renovação anual dos alvarás.

AAOG – Associação Ambulantes da Orla do Gasômetro

- garantir a permanência no local de venda; padronizar barracas e conseguir melhor infraestrutura.

ARTEFAN – Artesãos da Praça da Alfândega

- organizar, urbanizar e padronizar artesãos da Praça da Alfândega.

AFABSJB - Associação Feira Artes Brique de Sábado de José Bonifácio (Brique - Redenção):

- organizar feira;
- articular vendedores;
- manter bom relacionamento com poder público e moradores do bairro.

O Fórum da Economia Solidária reivindica que as feiras periódicas (de alimentos, roupa e artesanato) que sempre existiram na cidade e fazem parte da cultura do estado,

continuem ocorrendo nos espaços públicos. A organização escolhe sua diretoria democraticamente, e periodicamente elege um conselho deliberativo. As reuniões da diretoria ocorrem mensalmente e é composta, majoritariamente de mulheres.

As lideranças afirmam que a prefeitura vem dificultando a autorização para o uso do espaço público e tentando transferir feiras, que historicamente ocorrem ao ar livre, para espaços fechados. O Fórum, que articula associações de diversas feiras de economia solidária, luta por mudanças na legislação que assegurem a preservação do uso do espaço público para este fim.

As reivindicações de autorização do uso do espaço público para a comercialização estão relacionadas ao processo de reordenamento urbano realizado na região central de Porto Alegre, que teve como principal empreendimento a construção do CPC – Centro Popular de Comércio. A proibição da venda informal na região central e a criminalização dos vendedores informais irregulares na área foram seguidas por “revitalizações” de espaços públicos por iniciativas privadas.

A ACCPCPOA, que representa os trabalhadores do CPC, reivindica que a relação comercial entre os vendedores e a empresa administradora do camelódromo seja mais justa, e que para garantir isso haja interferência da gestão municipal no sentido de assegurar melhores condições e a preservação dos direitos dos trabalhadores. A organização é representada por uma diretoria eleita através do voto direto a cada quatro anos, e tem sua estrutura decisória composta por uma diretoria que se reúne periodicamente para definir as ações da associação.

O representante entrevistado explicou ainda que a prefeitura emitiu o alvará definitivo, atrelado a categoria MEI – Micro Empreendedor Individual, apenas à uma minoria dos trabalhadores do shopping popular, e a grande maioria dos vendedores do camelódromo possui ainda a autorização transitória a título precário. A ACCPCPOA reivindica que os trabalhadores do CPC sejam formalizados através da categoria MEI para que obtenham alvará definitivo.

A ASFERAP, principal opositora a prefeitura desde o estabelecimento do camelódromo representa os trabalhadores que exigem de forma mais incisiva a intervenção pública para mudar os termos da relação comercial estabelecida entre a administradora do camelódromo e os vendedores. A organização elege sua diretoria de dois em dois anos, e tem as decisões tomadas em reuniões da diretoria e em fóruns do OP – Orçamento Participativo, dos quais muitos membros da diretoria também fazem parte. A maioria da diretoria é composta por mulheres.

De acordo com seu representante, metade dos trabalhadores que foram transferidos das ruas do centro para o camelódromo foi removida do CPC por não conseguir pagar o aluguel e condomínio. A ASFERAP reivindica que a prefeitura abra novas vagas de comercialização para as pessoas que foram excluídas do CPC, ou que o Ministério Público obrigue a empresa a aceitar de volta as pessoas despejadas do shopping popular.

A ASFERAP também representa trabalhadores que se mantêm no camelódromo com muita dificuldade. A associação reivindica melhorias no CPC como a construção de uma creche dentro do estabelecimento, relógio de luz individual por box, além de apoiar Projetos de Lei que visem beneficiar os vendedores mais prejudicados. A associação ainda luta por autorização de comercialização em feiras e eventos no município, para que trabalhadores do CPC trabalhem extra, complementem a renda e consigam se manter no camelódromo. Da mesma forma, o Fórum da Economia Solidária reivindica mudanças na legislação que assegurem a preservação do espaço público para a venda.

Associação Gaúcha Autônoma que representa os vendedores de rua itinerantes de alimentos perecíveis reivindica a garantia de direitos dos ambulantes, e a participação de seus representantes nas decisões da prefeitura sobre o uso do espaço público. A entidade tem suas decisões tomadas pelos membros mais antigos que se reúnem periodicamente, conversam e decidem. De acordo com o representante entrevistado, os mais novos não querem ocupar posto de liderança, embora exista a possibilidade de montarem uma chapa para concorrer pela diretoria.

As organizações acima citadas têm em comum a reivindicação por maior participação e espaço nas decisões e procedimentos da prefeitura em relação à comercialização no espaço público, fato sem dúvida relacionado à cultura participativa do OP – Orçamento Participativo.

A Associação dos Ambulantes da Orla do Gasômetro (AAOG) reivindica a garantia de permanecer no local que vendem. A região é um foco turístico da cidade e existe o temor de que a prefeitura abra licitação para empresas concorrerem ao uso do espaço para a construção de lojas de bebidas e lanches. Os trabalhadores que a associação representa não têm capital para tal competição e o processo significaria a expulsão desses vendedores do local. A organização elege a diretoria a cada dois anos e tem a tomada de decisões realizada em assembleias bimensais, onde todos têm poder de voz.

Para evitar que processos como esse ocorram, a AAOG assim como a Associação Gaúcha, reivindicam melhorias e investimento nas barracas de venda. A AAOG reivindica especificamente a construção de quiosques fixos com banheiro e infra-estrutura adequada. De acordo com seus representantes, no passado conseguiram investimento de patrocinadoras para a padronização das barracas, mas a prefeitura nunca ajudou. A Associação Gaúcha defende que o investimento em padronização do equipamento dos vendedores itinerantes contribui para que o município incorpore organicamente os vendedores ambulantes.

Da mesma forma, as associações de artesãos Artefan e AFABSJB reivindicam que a venda no espaço público seja organizada sistematicamente, e que assim seja incorporada pelo município e pela sociedade. A Artefan, que representa trabalhadores artesãos do centro, reivindica investimento público e privado para organizar, urbanizar e padronizar artesãos da feira Praça da Alfândega, além de lutar historicamente pela garantia do direito ao trabalho. A organização elege democraticamente a cada dois anos uma diretoria, que se reúne mensalmente para a tomada de decisões.

A AFABSJB da feira semanal do Brique, no Parque Redenção, na mesma linha, existe no intuito de organizar a feira, articular trabalhadores e manter uma boa relação com os moradores do bairro e com a prefeitura. A associação elege anualmente uma diretoria, que se reúne mensalmente tanto internamente como com o poder público para a tomada de decisões.

4. PRINCIPAIS ALIADOS

Diversas organizações de vendedores informais citaram a existência de parcerias com a iniciativa privada, patrocinadores que investem na padronização de barracas em troca de divulgação da marca. A parceria ocorre em troca de equipamento, jaleco, bonés, guarda sol etc.

O sindicato que representa oficialmente os vendedores informais é o Sindiambulantes. De acordo com a Lei federal Artigo 608, comerciantes populares com alvará temporário (a título precário) contribuem obrigatoriamente com o imposto sindical. O sindicato, que possui a base estadual de 15 mil trabalhadores, não é filiado a nenhuma central sindical, mas informou que tem feito conversas com a UGT – União Geral dos Trabalhadores.

O procedimento de repasse da contribuição sindical ocorre anualmente atrelado a renovação do alvará. O sindicato e a prefeitura acordaram a união dos procedimentos de renovação e pagamento de taxa durante o planejamento da construção do camelódromo. Os representantes do sindicato contam que durante o processo de cadastramento para o CPC, lideraram a listagem dos ambulantes que vendiam no centro, incluindo todos os vendedores informais da região.

No entanto, o representante da ACCPCPOA defende que quem encabeçou este processo de negociação foram os próprios trabalhadores, e que o Sindiambulante fez um acordo com a prefeitura para poder receber a contribuição sindical obrigatória. Segundo o representante da associação, o Sindiambulante cobra para fazer a renovação do alvará de título precário, e incorpora este valor como contribuição sindical. A ACCPPOA defende e incentiva que os trabalhadores do camelódromo sejam formalizados e enquadrados na categoria MEI – Micro Empreendedor Individual, conseguindo assim a autorização definitiva, que representa além de maior estabilidade, a total autonomia em relação ao sindicato.

Apesar de pagarem a contribuição sindical obrigatória, diversos trabalhadores do Centro Popular de Compras pagam uma mensalidade a mais para a ACCPCPOA, que oferece benefícios e assessoria jurídica nos moldes de um sindicato.

A Associação Gaúcha, assim como a ACCPCPOA apoiavam o SCAPA – Sindicato dos Comerciantes Ambulantes de Porto Alegre, que existe desde 1995. No entanto, a entidade representativa não obteve a carta sindical do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, que oficializou o Sindambulante.

A cultura de participação social do estado do Rio Grande do Sul faz com que as lideranças de organizações de vendedores informais circulem entre representantes de diversos

movimentos sociais como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados, movimentos de moradia entre outros.

Em relação à mobilização em torno do impacto social da Copa do Mundo, foram formados quatro comitês populares dos atingidos pela Copa, são eles: Centro, Cruzeiro, Cristal e Vila Dique. Cada um reúne forças políticas e moradores de comunidades atingidas diretamente por obras de mobilidade e infraestrutura para a Copa. Em Porto Alegre, os movimentos sociais que dão suporte aos comitês defendem que é importante que as mobilizações políticas dos atingidos pela Copa sejam desenvolvidas nas comunidades para criar localmente formas de organização e resistência.

A ONG Cidades, que faz parte da rede de pesquisa Observatório das Metrôpoles de Porto Alegre, desenvolve estudos sobre os processos de exclusão e limpeza urbana empreendidos na cidade. Os pesquisadores da organização se relacionam diretamente com representantes de movimentos sociais que sofrem o impacto destes projetos urbanísticos. A organização esteve presente no processo de negociação do camelódromo, e algumas lideranças de vendedores informais mostraram respeito e confiança nos pesquisadores da ONG Cidade.

Já os artesãos podem contar com a Casa do Artesão, que oferece a carteira de artesão e serve como espaço instrumental para a categoria.

Os vendedores informais contam com o apoio de alguns vereadores preocupados com a garantia dos direitos dos ambulantes. Esses representantes da câmara municipal fizeram parte, por exemplo, da implantação do camelódromo em 2008 e 2009 e costumam propor Projetos de Lei com propostas de fomento aos vendedores informais com maior dificuldade de se manter no shopping popular. As propostas são criadas no sentido de auxiliar a capitalização e adequação à condição de pequeno comerciante.

A principal política pública do governo federal de formalização dos vendedores informais e de combate à vulnerabilidade social de trabalhadores não incluídos na economia formal é a economia solidária, difundida pela Secretaria Nacional da Economia Solidária do MTE. Porto Alegre desenvolveu experiências sólidas de economia solidária, que estão relacionadas à cultura de feiras periódicas de produtos cooperativos, que fecham um ciclo de fomento ao desenvolvimento local, que implica uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não no capital⁴. Os produtos comercializados muitas vezes são feitos pelo próprio vendedor, ou por cooperativas e movimentos sociais sob diretrizes de um comércio justo e sustentável.

5. IMPACTO DA COPA DO MUNDO

Os especialistas em planejamento urbano do Observatório das Metrôpoles de Porto Alegre entendem que a construção do camelódromo é parte de um projeto de “revitalização” do centro com o objetivo claro de “higienizar” e excluir a população de baixa renda dos

pontos de interesse turístico da cidade, tendo em vista a valorização e embelezamento do espaço. Dentro deste processo, existem fortes indícios que a região do Gasômetro – que tem 20 famílias vivendo da comercialização de alimentos e bebidas – seja concedida a empresas para comercializarem e utilizarem a demanda de consumidores que beneficia atualmente os vendedores informais.

Este processo de gentrificação está fortemente relacionado à produção da assepsia urbana para a Copa do mundo, uma vez que a adequação das cidades ao megaevento pressupõe a formatação de Cidades Globais.

Representantes dos comitês populares dos atingidos pela Copa das regiões afetadas, assim como várias organizações de vendedores de rua, defendem que os projetos de infraestrutura, que estão causando a remoção de diversos bairros de baixa renda situados em áreas que interessam à especulação imobiliária, não atingem diretamente áreas de comércio ambulante. No entanto, comerciantes informais que possuem pequenos armazéns – muitas vezes irregulares – dentro dos bairros afetados serão diretamente impactados pelo processo de despejo de comunidades inteiras.

Existe também a preocupação com um pequeno bolsão de ambulantes do Parque da Marinha, bastante próximo do estádio Beira Rio, e com vendedores de lanches e bebidas do entorno dos estádios que serão os principais prejudicados pela zona de exclusão prevista pela FIFA. Contudo, estes trabalhadores, que são representados pela Associação de Ambulantes Itinerantes da grande Porto Alegre (Estádio Olímpico e Beira Rio), não foram ouvidos pela presente pesquisa embora tenha sido constatado que não são regularizados e nem ligados às entidades representativas consultadas.

Entretanto, os vendedores informais regulamentados não mostraram preocupação com a Copa. A grande maioria dos representantes acha improvável que a o evento desafie os espaços conquistados por parâmetros democráticos históricos da cultura local. A perspectiva de um entrevistado é que a FIFA não violará direitos conquistados, como o direito ao trabalho, sem um levante da população.

A força da sociedade civil organizada em Porto Alegre, fruto da cultura de participação conquistada através do tempo e que influi na estrutura político decisória do poder público, oferece uma conjuntura de intensa mobilização e pressão popular, vista nas organizações de vendedores informais, no movimento de moradia contra despejos relacionados às obras da Copa e em outras frentes de reivindicação.

No entanto, a sociedade civil vem enfrentando uma preocupante perda de espaço democrático em Porto Alegre, frente à sobreposição de interesses empresariais às demandas sociais, que refletem a linhagem política do poder executivo. A atitude da administração pública de impor interesses privados na gestão da cidade, apesar da resistência oferecida pelos mecanismos decisórios e de mobilização da sociedade civil, representa uma rachadura na estrutura política participativa da cidade, e uma grande preocupação dos movimentos sociais no contexto da Copa do Mundo.

A Copa cria condições ideais para a privatização do espaço público, já que oferece oportunidades de negócio, flexibilização da legislação e grandes incentivos governamentais. Esta valorização do espaço público catalisa o processo de expulsão das populações de baixa renda da cidade. Exemplo disso é o centro de Porto Alegre passar a ter pontos “adotados” por empresas privadas como a Coca-Cola (patrocinadora oficial da Copa), que ganhou a licitação para realizar o projeto de “revitalização” do espaço que era ocupado por ambulantes antes do remanejamento para o camelódromo em 2007.

Da mesma maneira, a coleta seletiva do lixo está sendo mecanizada na cidade e existe a determinação de que os carroceiros que recolhem materiais recicláveis serão extintos até 2016 (embora tudo indique que este processo será antecipado para a Copa), deixando nove mil famílias que dependem da renda advinda deste trabalho, sem nenhuma atividade econômica.

Os ambulantes não regularizados pela prefeitura, que foram excluídos do shopping popular, sofrem com a forte fiscalização, a alta vulnerabilidade social – por serem impedidos de exercer sua atividade econômica e com a falta de mobilização política e unidade de luta.

Contudo, o cenário para a organização de um grupo coletivo de representantes de vendedores informais sobre a Copa no município de Porto Alegre é extremamente favorável. Os atores políticos das organizações representativas de vendedores informais existentes foram formados na cultura do diálogo, no exercício da democracia e participação política. A principal dificuldade seria superar as desavenças estabelecidas na construção do camelódromo, que fragmentou a unidade da luta e dividiu de um lado os trabalhadores que conseguiram se manter como comerciantes populares no Centro Popular de Compras junto com aqueles que são regulamentados para o comércio nas ruas, e de outro lado vendedores que não conseguiram pagar os altos valores do camelódromo e foram expulsos, ficando na mesma situação de todos os outros ambulantes que nunca chegaram a ser formalizados.

Os representantes dos Comitês Populares dos atingidos pela Copa se mostram extremamente solidários com a questão do comércio ambulante, muitos destacando que o processo de regulamentação destes trabalhadores em 2007 foi injusto e excludente. Os membros dos comitês se propuseram a incluir as reivindicações dos vendedores informais na pauta de mobilização e pressão política contra o impacto social da Copa, desde que os próprios trabalhadores tragam as questões a serem incluídas.

6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A perspectiva de ação da Campanha Cidades para Todos até 2014 é de aproveitar a cultura democrática participativa de Porto Alegre que permitiu a consolidação de organizações representativas formadas no exercício do diálogo e mobilização popular. No entanto, as organizações de vendedores informais – que têm espaços de diálogo com a prefeitura – não abarcam significativamente comerciantes informais irregulares, que

estão pulverizados pelas várias regiões da cidade e com baixo potencial político. Para fortalecer o nível de organização desses trabalhadores é importante a criação de um espaço de discussão que envolva todos os tipos de vendedores informais da cidade no formato de um fórum municipal.

Num segundo momento, a capacitação política das organizações de trabalhadores informais ofereceria instrumentos para a superação das desavenças criadas anteriormente, ampliando a cultura política já existente, aumentando a unidade de luta e fortalecendo o enfrentamento dos impactos da Copa. É também importante oferecer apoio institucional por certo período de tempo, para desenvolver estratégias de ação jurídica, de *advocacy* e de articulação e mobilização política.

A criação de um fórum municipal deve aproveitar os espaços políticos democráticos existentes que dispõem de espaços de diálogo com o poder executivo e legislativo. O incentivo à conscientização desses trabalhadores como parte de uma categoria unificada é fundamental para existência de um fórum representativo de vendedores informais e para potencializar seu alcance político.

É imprescindível também que as organizações de vendedores informais juntem forças com coalizões existentes que agreguem movimentos sociais e populações atingidas pela Copa do Mundo.

NOTAS

1. http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Alegre
2. http://www.aucip.org.uy/docs/procesos_de_gestion_municipal_y_regional/cleber_cuti.pdf
3. <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000016933.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>
4. http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_solid%C3%A1ria

